



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CULTURAS
POLÍTICAS

JONAS RODRIGUES FRÓIS

MONOGRAFIA
REVOLUÇÃO DE 1930 EM BELO HORIZONTE: VIOLÊNCIA,
EXCLUSÃO SOCIAL E SILÊNCIO

BELO HORIZONTE-MG

AGOSTO DE 2014

JONAS RODRIGUES FRÓIS

REVOLUÇÃO DE 1930 EM BELO HORIZONTE: VIOLÊNCIA
E EXCLUSÃO SOCIAL.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Culturas Políticas, História e
Historiografia do Departamento de História
da UFMG, como critério para obtenção ao
título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pato Sá
Motta.

BELO HORIZONTE-MG

2014

Dedico à memória de minha mãe Olga (falecida) e fundamentalmente aos meus avós, Luisa e João (falecidos), pela bonita história, ao mesmo tempo cercada de luta e de dor, nos momentos vividos durante e depois da revolução. Sendo assim, razão deste trabalho, temperado, em certa medida, pela oralidade cativada pela Dona Luisa. E finalmente aos meus familiares e ao meu EGO, digo, aos meus filhos Eduardo, Glauber e Olga Luisa, meus grandes amores e inspiração.

Agradeço a Isa Paula pelo incentivo, ao Prof. Jacyntho Lins Brandão e aos amigos Alexandre (Dedê) e Blanche, ao Sgto Gerson, do Setor de Comunicações do 12º BI do Exército Brasileiro, à Sgto Geslene do Centro de Pesquisa de Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais e aos funcionários da Biblioteca Luiz de Bessa: Jairo, Eliani e Márius, pela colaboração.

Outubro 1930

Suores misturados
no silêncio noturno.
O companheiro ronca.
O ruído igual
dos tiros e o silêncio
na sala onde os corpos
são coisas escuras.
O soldado deitado
pensando na morte.

De 5 em 5 minutos um ciclista trazia ao Estado Maior um feixe de telegramas contendo, comprimida, a trepidação dos setores. O radiotelegrafista ora triste ora alegre empunhava um papel que era a vitória ou a derrota. Nós descansávamos, jogados sobre poltronas, e abríamos para as notícias olhos que não viam, olhos que perguntavam. Às 3 da madrugada, pontualmente, recomeçava o tiroteio.

O funcionário deitado
não pensa na morte.
Pensa no amor
tornado impossível
no minuto guerreiro.
E fecha os olhos
para ver bem
o amor com sua espada
de fogo sobre a cabeça
de todos os homens,
legalistas, rebeldes.

O inimigo resistia sempre e foi preciso cortar a água do quartel. Como resistisse ainda, a água circulou de novo, desta vez azul, de metileno. A torneira aberta escorre desinfetante. O canhão fabricado em Minas — suave temperamento local — não disparou.

Olha a negra, olha a negra,
a negra fugindo
com a trouxa de roupa,
olha a bala na negra,
olha a negra no chão
e o cadáver com os seios enormes, expostos, inúteis.

O general, com seus bigodes tumultuosos, era o mais doce dos seres, e destilava uma ternura vaporosa em seu costume de usar *culotte* sem perneiras. A um canto do salão atulhado de mapas e em que telefones esticados retiniam trazendo fatos, levando ordens, eu fazia, exercício fácil, a caricatura do seu imenso nariz. Que todos acharam ótima e reprovaram com indignação cívica.

A esta hora no Recife,
em Guaxupé, Turvo, Jaguará,
Itararé,

Baixo Guandu,
Igarapava,
Chiador,
homens estão se matando
com as necessárias cautelas.
Pelo Brasil inteiro há tiros, granadas,
literatura explosiva de boletins,
mulheres carinhosas cosendo fardas
com bolsos onde estudantes guardarão retratos
das respectivas, longínquas namoradas,
homens preparando discursos,
outros, solertes, captando rádios,
minando pontes,
outros (são governadores) dando o fora,
pedidos de comissionamento
por atos de bravura,
ordens do dia,
“o inimigo (?) retirou-se em fuga precipitada,
deixando abundante material bélico,
cinco mortos e vinte feridos...”
Um novo, claro Brasil
surge, indeciso, da pólvora.
Meu Deus, tomai conta de nós.

Deus vela o sono dos brasileiros.
Anjos alvíssimos espreitam
a hora de apagar a luz de teu quarto
para abrirem sobre ti as asas
que afugentam os maus espíritos
e purificam os sonhos.
Deus vela o sono e o sonho dos brasileiros.
Mas eles acordam e brigam de novo.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

No presente trabalho de pesquisa analisamos o confronto entre a Força Pública do Estado de Minas Gerais e o Exército brasileiro – 12º RI, em 1930, no bairro Prado, em Belo Horizonte, que resultou na morte de militares e, sobretudo, de cidadãos civis moradores da região do entorno do quartel, sem que estes tivessem qualquer envolvimento direto com o evento da Revolução.

Busca-se, fundamentalmente, resgatar entre os civis mortos nesse confronto a história do Sr. João Severino Maia, meu avô materno, que, em casa, escondendo-se do tiroteio, com meu tio Oscar Maia de Oliveira, com um ano de idade em seus braços, foi atingido na cabeça por um tiro de fuzil, morrendo instantaneamente.

Apresentamos, por meio de jornais e documentos oficiais da época, indícios que nos levem à comprovação dessas mortes fora dos limites do quartel do 12º BI. Nesse período, em razão do confronto, não há divulgação por parte das instituições do Estado da existência desses óbitos de civis, existindo uma grande exaltação dos militares da Força Pública por parte do governo de Minas Gerais, que também se lança em apoio ao golpe, tornando assim inevitável o confronto com os militares do Exército brasileiro, que se mantiveram na posição de defesa da Constituição Federal.

Apesar da superioridade numérica da Força Pública do Estado, o confronto se prolongou além do esperado pelo governo estadual e da própria capacidade de resistência dos militares do exército. A violência e a intensidade com a qual os militares se enfrentaram durante o confronto do 12º RI revelaram muito do cotidiano da disputa frequente de poder entre as duas corporações, marcada por constantes rixas que resultavam em mortes entre ambas as partes.

A redefinição do espaço urbano dos bairros da região que hoje compreende Barroca, Prado, Barro Preto, Calafate e Lourdes, estendendo até o bairro Cidade Jardim, se iniciou a partir do processo de reconstrução das instalações do quartel do 12º RI, extremamente afetadas pelos fuzis, metralhadoras e granadas utilizados no confronto. Isto nos parece um marco importante para compreendermos a enorme mudança na vida de centenas de trabalhadores que tiveram que sair de suas casas para morar em outras regiões da cidade de Belo Horizonte. Especialmente os moradores dos casebres e cafuas (como as favelas dos nossos dias) do bairro Barroca, que foram diretamente atingidos pelo tiroteio, pois ficavam muito próximos ao fogo cruzado entre as duas forças. Desde os anos 20 o poder público já desenvolvia algumas práticas de demolição dessas edificações, principalmente no polígono urbano, o que foi suficiente para barrar seu crescimento. No período de 30 essas práticas foram intensificadas, agora definindo a transferência desses moradores para novas áreas de ocupação fora da região urbana, o que demonstra a forma como os governos estadual e municipal trataram as questões de conflito pelos espaços da cidade.

RESUMEN

En este presente trabajo de investigación analizamos el confronto entre la Fuerza Pública del Estado de Minas Gerais y el Ejército brasileño – 12º RI, en 1930, en el barrio Prado, en Belo Horizonte, que culminó en la muerte de militares y, principalmente, de ciudadanos civiles residentes en la región del entorno del cuartel, sin que estos tuvieran cualquier involucramiento directo con el evento de la Revolución.

Se busca, fundamentalmente, recuperar entre los civiles muertos en este confronto la historia de Sr. João Severino Maia, mi abuelo materno, que, en casa, escondiéndose del tiroteo, con mi tío Oscar Maia de Oliveira, con un año de edad en sus brazos, fue alcanzado en la cabeza por un disparo de fusil, muriéndose instantáneamente.

Presentamos, por medio de periódicos y documentos oficiales de la época, indicios que nos lleven a la comprobación de esas muertes fuera de los límites del cuartel 12º BI. En ese período, en razón del confronto, no hay divulgación por parte de las instituciones del Estado de la existencia de esos óbitos de civiles, existiendo una gran exaltación de los militares de la Fuerza Pública por parte del gobierno de Minas Gerais, que también se lanza en apoyo al golpe, volviéndose así inevitable el confronto con los militares del Ejército brasileño, que se mantuvieron en la posición de defensa de la Constitución Federal.

A pesar de la superioridad numérica de la Fuerza Pública del Estado, el confronto se prolongó además del esperado por el gobierno estadual y de la propia capacidad de resistencia de los militares del ejército. La violencia y la intensidad con la cual los militares se enfrentaron durante el confronto del 12º RI revelaron mucho del cotidiano de disputa frecuente del poder entre las dos corporaciones, marcada por constantes riñas que resultaban en muertes por ambas partes.

La redefinición del espacio urbano de los barrios de la región que hoy comprende Barroca, Prado, Barro Preto, Calafate y Lourdes, extendiéndose hasta el barrio Cidade Jardim, que se inició a partir del proceso de reconstrucción de las instalaciones del cuartel del 12º RI, extremadamente afectadas por los fusiles, ametralladoras y granadas de mano utilizados en el confronto. Esto nos parece un marco importante para que comprendamos el enorme cambio en la vida de centenas de trabajadores que tuvieron que salir de sus hogares para vivir en otras regiones de la ciudad de Belo Horizonte. Especialmente los moradores de los caseríos y antros (como las chabolas de nuestros días) del barrio Barroca, que fueron directamente alcanzados por el tiroteo, pues se quedaban próximos al fuego cruzado entre dos fuerzas. Desde los años 20 el poder público ya desarrollaba algunas prácticas de demolición de esos edificios, principalmente en el polígono urbano, lo que fue suficiente para interrumpir su desarrollo. En los años 30 esas prácticas fueron intensificadas, ahora definiendo la transferencia de esos moradores para nuevas áreas de ocupación fuera de la región urbana, lo que demuestra la manera por la cual los gobiernos estadual y municipal tratan las cuestiones de conflicto por los espacios de la ciudad.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A REVOLUÇÃO DE 1930 NO BRASIL.....	16
1.1 A Revolução em Minas Gerais	18
1.2 A Revolução em outros Estados....	21
1.3 A Revolução no Estado do Rio Grande do Sul.....	21
2. O HISTORIADOR E A REVOLUÇÃO DE 1930	23
3. A HISTÓRIA DA FORÇA PÚBLICA MINEIRA.....	26
3.1 Origens da Força Pública Mineira	26
3.2 O pensamento republicano na organização da Força Pública.....	29
3.3 Força Pública de Minas Gerais nos anos 20	31
4. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O 12º REGIMENTO DE INFANTARIA.....	33
5 BAIRROS PRÓXIMOS AO 12º - HISTÓRIA E ENVOLVIMENTO	35
5.1 Bairro Barro Preto	36
5.2 Bairro Barroca.....	36
5.3 Bairro Prado	38
5.4 Bairro Calafate	38
6 O CERCO AO 12º REGIMENTO DE INFANTARIA	41
6.1 Do início do ataque ao final das hostilidades ao Quartel do 12º RI.....	44
7 DONA LUISA E A CONSTRUÇÃO DA ORALIDADE.....	50
7.1 Entrevista com o Sr. Luis Rafael	52
8 LOCAL PROVÁVEL DE MORTE DO MARIDO DE DONA LUISA.....	56
8.1 A Barroquinha - Localização das mortes de civis.....	56
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página 01 do Jornal Minas Gerais de 4 de outubro de 1930.

Figura 2: Página 01 do Jornal Estado de Minas 4 de outubro de 1930.

Figura 3: Primeira página do Jornal Estado de Minas de 4 de outubro de 1930.

Figura 4: Planta Geral de Belo Horizonte 1928 - 1930: Arquivo Público de Belo Horizonte.

Figura 5: <https://maps.google.com.br/maps>

Figura 6: VALLADARES, Clorindo. Fumaça de trincheira: fragmentos para a história da revolução, Belo Horizonte, imprensa Oficial, 1930, p. 40.

Figura 7: VALLADARES, Clorindo. Fumaça de trincheira: fragmentos para a história da revolução, Belo Horizonte, imprensa Oficial, 1930, p. 85.

Figura 8: Boletim do Comando Geral da Força Pública do Estado de Minas Gerais – Estado Maior, Recomendação aos comandantes e oficiais de unidades militares do Estado.

LISTA DE ABREVIATURA

12° BI: 12° Batalhão de Infantaria

12° RI: 12° Regimento de Infantaria

PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais

APM – Polícia Militar de Minas Gerais: Academia de Polícia Militar

DI – Polícia Militar de Minas Gerais: Departamento de Instrução

APM: Arquivo Público Mineiro

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, abordaremos a Revolução de 1930 em seus aspectos gerais, pois o elemento central de nossa análise estará direcionado para o confronto entre a Força Pública do Estado e os militares do Exército Brasileiro, aquartelados no 12º Regimento de Infantaria, e as questões decorrentes desse processo que julgamos relevantes.

Através de jornais, documentos e fontes bibliográficas, trabalhados por nós, foi possível uma grande aproximação no tempo, fomentando um diálogo entre esse material e os relatos de nossa avó, Dona Luisa, sobre o confronto entre a Força Pública do Estado e os militares do quartel do 12º RI, nos limites dos bairros Barro Preto, Prado, Barroca, Calafate e Lourdes.

Do sofrimento da população em razão do fogo cruzado entre os militares das forças envolvidas destacamos o calvário da Dona Luísa, com a morte violenta de seu companheiro, morto com uma bala perdida de fuzil na cabeça dentro de sua casa. Após a retirada do corpo por militares (não se sabe a qual corporação pertenciam), numa pequena trégua do fogo cruzado, providenciou-se rapidamente o sepultamento em área desconhecida na Barroca, devido a uma enorme presença de urubus na região, que já tinham comido parte do corpo exposto fora da casa. Esse episódio marcou significativamente a história da Dona Luísa até os seus últimos dias de vida. E para toda a nossa família ficou também como uma marca de muita dor e sofrimento.

Em nosso trabalho de pesquisa, localizamos alguns documentos importantes nos acervos do Arquivo Público Mineiro, na coleção da Revolução de 1930. Apesar de ser uma coleção específica, a fonte documental que compõe o acervo nos atendeu pouco, não obstante reúna um enorme número de fotografias do período. No Arquivo Público da Cidade, nosso universo de pesquisa se restringiu aos mapas de uma mapoteca bastante reduzida do período. Imaginávamos encontrar mapas e documentos mais específicos sobre a região de conflito e as reformulações em decorrência da Revolução. Restaram-nos os relatórios de prefeitos, que, apesar de serem textos muito técnicos, ajudaram-nos bastante nas pesquisas.

No quartel do 12º Batalhão de Infantaria, nossa pesquisa se restringiu somente ao Livro de Registro Histórico do Quartel do 12º Regimento de Infantaria, peça de grande importância para a memória da corporação e que merece um maior cuidado. O local em que se encontra o acervo sobre a Revolução de 1930 consta da estrutura do quartel como ‘Museu do Quartel 12º Regimento de Infantaria’ e está sob a responsabilidade do Setor de Comunicações. No setor também funciona o serviço de expedição de documentos e cadastro de militares que serviram a corporação. Segundo os responsáveis pelo funcionamento do setor, já existe projeto para reestruturação do Museu, mas a falta de recursos para essa finalidade gera muitas dificuldades e acaba quase sempre postergando a execução do projeto, frustrando o desejo de todos nós.

Ressaltamos que o acesso ao setor para levantamento de material e pesquisa foi concedido dentro da mais absoluta normalidade e, no que diz respeito ao acervo, nos foi disponibilizado sem nenhum entrave pelo comando da corporação.

Na Polícia Militar de Minas Gerais, pensávamos poder localizar documentos restritos da operação militar desenvolvida pela Força Pública, como relatórios, mapas de posições e relatórios de feridos em combate etc. Mas, apesar da divulgação da existência do Museu da PMMG, nosso trabalho ficou restrito ao acervo bibliográfico do Centro de Pós-Graduação da Academia da Polícia Militar, pois a base documental encontrava-se em sigilo, segundo a oficial militar, responsável pelo setor. Com o início de nossos trabalhos, obtivemos a confirmação de que o Museu estava em processo de implantação e que funcionaria com acervo de peças tridimensionais. Nessa busca, constatamos que parte importante do acervo desse período encontra-se em mãos de particulares e/ou parentes de militares que tiveram algum tipo de envolvimento com a Revolução de 30. Mesmo assim, efetuamos nossas pesquisas e conseguimos garimpar alguns boletins de instruções da Força Pública de grande valia.

Restaram-nos, assim, como espaço de pesquisa, os acervos da Biblioteca Luiz de Bessa: a Coleção Mineiriana e a Hemeroteca com a coleção dos jornais *Estado de Minas* e o *Minas Gerais*, sendo referências muito importantes para nossa análise. Diante disso, concentramos aqui mais detidamente nossas pesquisas.

Embora tivéssemos localizado outros jornais da época comprometidos com o interesse operário e camponês, por apresentarem exemplares avulsos, sem a devida sequência sobre o período, optamos por focar nossas pesquisas nos jornais *Estado de Minas* e *Minas Gerais*. As coleções dos dois jornais estão completas e ambos fizeram uma grande cobertura da Revolução. O *Estado de Minas* era identificado com os interesses revolucionários e, portanto, afinado com o discurso do governo estadual, e o *Minas Gerais* constituía um instrumento oficial do Estado de Minas. Apesar das características desses jornais, constituíram importantes fontes em nossas buscas.

Assim sendo, na presente pesquisa analisamos o confronto entre a Força Pública do Estado de Minas Gerais e o Exército brasileiro – 12º RI, em 1930, no bairro Prado, que resultou na morte de militares e, sobretudo, cidadãos civis moradores da região do quadrilátero do quartel, sem que estes tivessem qualquer envolvimento direto no evento da Revolução.

Nesta pesquisa, temos como objetivo principal realizar um grande desejo da nossa família de preservar a memória da Dona Luísa e seu companheiro com um registro escrito. Memória essa marcada por violência, dor, sofrimento, e ao mesmo tempo de enfrentamento ao processo de exclusão social no cotidiano das camadas operárias e camponesas dos anos 20 e 30, fatos que marcaram nossas vidas desde muito cedo.

Nesse período, em razão do confronto, existe um grande silêncio por parte do Estado na divulgação sobre as mortes de civis. O que se percebe é uma enorme exaltação dos atos de bravura dos militares da Força Pública pelo governo de Minas Gerais, e também a permanente convocação da população para aliar-se à luta de ‘libertação’ do país.

Com a deflagração da Revolução de 1930, o Governo do Estado de Minas Gerais se lançou em apoio ao golpe, e, por outro lado, o Exército brasileiro assumiu uma firme posição de defesa da Constituição Federal, levando o cumprimento de seu papel até as últimas consequências. Em relação à Força Pública, embora nos faltem números mais precisos, tudo leva a crer que a supremacia numérica de seus militares era muito grande em relação ao Exército, o qual, durante o período de resistência, teve que superar adversidades como falta de água potável, medicamentos, comunicação externa ao quartel e uma enorme pressão psicológica sobre os militares sitiados. Na verdade, no dia a dia, os militares das duas instituições constantemente se envolviam em conflitos, numa permanente disputa de força. Nesse aspecto o confronto do 12 aflorou de modo extremamente revelador, em razão da carnificina promovida pelos militares em combate.

Na pesquisa, constatamos que o conflito político-militar de 1930 teve implicações também no espaço urbano, com a redefinição dos bairros da região, que hoje compreende Barroca, Prado, Barro Preto, Calafate e Lourdes. O fim do confronto configura um marco importante para compreendermos a enorme mudança na vida de centenas de trabalhadores que tiveram que sair de suas casas para morar em outras regiões da cidade de Belo Horizonte, demonstrando, assim, a forma como o Governo do Estado tratou as questões de conflito pelos espaços da cidade, revelando já nessa época os graves problemas de moradias e a dura realidade das favelas na cidade de Belo Horizonte.

Compreendemos que a crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, aumentou consideravelmente as tensões políticas, econômicas e sociais no Estado brasileiro, cuja produção estava centrada em um modelo agro-exportador, até o final de 1930, resultando em mais um estopim no desencadeamento do processo da Revolução.

A Revolução de 1930 é um tema explorado exaustivamente por grande parte dos historiadores, nos aspectos políticos e econômicos globais. Embora historiadores como Edgar De Decca trabalhem na perspectiva do sujeito social, com enfoque historiográfico nos vencidos, ainda carecemos de estudos que evidenciem os efeitos da Revolução de 30, regionalizada e especificamente, como o que ocorreu em relação ao confronto entre a força do Estado e a força federal em Belo Horizonte.

Do ponto de vista social, existem estudos que ressaltam a atitude das oligarquias da primeira República, que tratavam as questões sociais como caso de polícia. Assim, durante o evento de 1930, é visível todo um cenário marcado por problemas sociais existentes na região, como moradia, saneamento básico e subemprego. Mesmo a partir de Vargas, apesar do grande apelo popular, populista e assistencialista, o tratamento policial das questões sociais foi intensificado pela repressão à liberdade e o silêncio dos trabalhadores e camponeses, enfim, de toda a população brasileira excluída.

Entendemos que este trabalho acrescentará novos elementos à historiografia da cidade de Belo Horizonte, sobre esse período. Embora tenhamos uma gama enorme de documentos, jornais, panfletos e fotografias, organizados em bibliotecas, arquivos e

órgãos públicos da Capital, e também nas mãos de particulares, além de livros/relatos de militares envolvidos no confronto, não localizamos produção acadêmica que trate especificamente do combate armado e ataque da Força Pública do Estado ao Quartel do 12º RI do Exército.

Finalmente, nosso interesse sobre o presente tema decorre do fato de que um membro de nossa família, Sr. João Severino Maia, nosso avô, foi morto por uma “bala perdida”, dentro de casa, durante o confronto, sem que nossos familiares tenham até hoje encontrado respostas justificáveis, por parte do Estado, para a morte de uma pessoa sem nenhum envolvimento direto com o evento, a qual foi enterrada em local incerto, sem qualquer registro oficial. Trata-se de um episódio marcante para a memória da nossa família, em especial para nossa avó, Luisa Policarpo de Menezes, já falecida, que alimentou o nosso imaginário com as lembranças das cenas da morte do seu companheiro, como também nos transmitiu o receio do comunismo e a visão de que o integralismo representaria a melhor opção de vida, sendo ela uma simples lavadeira.

1. REVOLUÇÃO DE 1930 NO BRASIL

A Revolução de 1930 é um marco importante na história do Brasil em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, com um impacto muito forte, inicialmente, nos Estados membros da Aliança Liberal. Ao final da Revolução inicia-se uma nova fase da república brasileira, pois, com o rompimento da política dos governadores de Minas Gerais e São Paulo, realiza-se uma maior integração, ainda que autoritária e centralizadora, da unidade federativa, restrita anteriormente à política de interesses dos Estados do Sudeste.

Na realidade, a política oligárquica da Primeira República ensejava certa autonomia política aos Estados da federação, que eram controlados pelos grupos que detinham o poder econômico e social, mas ficavam assim restritos às políticas locais, não sendo capazes de consolidar no plano nacional uma maior interação com o poder central. A chamada Política dos Governadores efetivou a aliança entre Minas e São Paulo, formadores das maiores bancadas de parlamentares na Câmara Nacional. O governo central passou, de certo modo, através da alternância na indicação dos presidentes entre os dois Estados, a privilegiar os interesses dos Estado mais importantes, a despeito do restante da federação.

O movimento de 30 foi, sobretudo, um movimento político e militar resultante da insatisfação da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio Vargas, derrotada nas eleições desse mesmo ano pelo situacionista Júlio Prestes, do Estado de São Paulo, indicado pelo presidente Washington Luís. O episódio põe fim à política de alianças entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, conhecida também como Política do Café com Leite. Segundo Cláudia Viscardi, em seu livro *O teatro das Oligarquias*, a aliança política entre os dois Estados não se restringe somente ao processo sucessório presidencial, pois existem outros arranjos políticos em pauta que também envolvem outros atores. Por isso essa relação é marcada por um clima de instabilidade e desconfiança de ambos os lados. A liderança de Getúlio Vargas torna-se um exemplo do processo de costura política que envolve Minas, com seu peso econômico e político no cenário nacional, com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, supostamente de menor peso.

Assim, constitui-se o movimento apoiado pela Aliança Liberal, que rearticulou as forças de oposição ao regime político vigente, com o propósito de impedir a posse de Júlio Prestes, destituir Washington Luiz do governo e reformar o sistema político.

À frente do movimento de 1930, Getúlio Vargas assume uma posição de liderança juntamente com Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio Melo Franco, Maurício Cardoso e Francisco Campos. E também representantes do movimento Tenentista dos anos 20, como Juarez Távora, João Alberto e Miguel Costa.

Entendemos que o tenentismo exerceu papel importante nas esferas militar, social e política nos anos 20 e no processo revolucionário de 1930. Com isso, sem a pretensão de avaliarmos mais profundamente esse grupo, nos valem, nesse caso, das

reflexões de Lanna Júnior, que analisa o tenentismo como ideologia e como movimento:

[...] o tenentismo como ideologia abre um leque amplo de opções para a sua compreensão, pois remete a questões específicas, relacionadas aos ideais e objetivos que moveram a jovem oficialidade na década de 1920 e no início da de 1930, e a questões gerais, relacionadas ao papel das forças armadas, em específico do Exército, na política brasileira. Sobre o tenentismo como movimento, o estudo torna-se mais delimitado, com cortes temporais e especiais definidos de forma clara e evidente, restringindo-se a um tempo: o tempo do tenentismo (LANNA JR., 2006, p. 315).

Assim, os tenentes tinham como preocupação central a introdução de reformas sociais e a centralização do poder.

Na oposição havia também um grupo dissidente da velha oligarquia, composto por Artur Bernardes, Wenceslau Brás, Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e João Pessoa, dentre outros, que viam na Revolução uma possibilidade de se firmarem pessoalmente no poder:

Na República Velha, as oligarquias eram grupos políticos formados por uma pequena elite, na sua maioria composta por grandes proprietários rurais que controlavam o poder, agindo na política em função de seus interesses privados e pessoais. Em virtude da forma federalista do governo, no período, as oligarquias tinham sua base de poder nos Estados, organizando-se em partidos políticos estaduais.¹

Ressalta-se, também, que Luís Carlos Prestes, que liderou a Coluna Prestes, entendida como o ensaio geral da revolução agrária antifeudal e democrático-burguesa (DECCA, 1981, p. 204), nos anos vinte, quando foi requisitado para participar da disputa eleitoral contra o governo de Washington Luiz, tanto pelo PCB como também pela Aliança Liberal, não assumiu compromissos com nenhum dos grupos. Prestes entendia que a proposta dos liberais representava apenas uma mera troca de nome no poder e que não atenderia as reais necessidades do povo brasileiro. Decidido, assim, a não participar da Revolução, construiu um manifesto revolucionário próprio em que se declarava socialista.

Com a morte de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, Presidente da Paraíba e vice-presidente na chapa derrotada de Getúlio Vargas, cria-se uma grande comoção em todo o país. O clamor popular e a criação de um mártir da revolução geram a adesão de setores do Exército à causa da Revolução, apesar das negociações que de certa maneira retardam o início das ações militares por parte dos revolucionários.

¹ FERRETI, Carla. Seis dias que abalaram BH. Estado de Minas. Belo Horizonte, 08 out. 2011, Caderno Gerais. p. 21.

Assim, no dia 03 de outubro de 1930, inicia-se ao mesmo tempo o processo revolucionário, nos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e nos Estados do Nordeste, tendo à frente como líder o Governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e como chefe militar o tenente coronel Góes Monteiro.

Diante da estratégia traçada pelos governos dos Estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, inicia-se em Minas, no mesmo período, o confronto entre as Forças Públicas estaduais e o Exército, que tinha o propósito de defender o interesse da Constituição Federal. Com o avanço da força revolucionária gaúcha em direção ao Estado de São Paulo, a pressão sobre o governo federal fica cada vez mais forte, quando o general Augusto Tasso Fragoso, líder de um grupo de generais, dá um ultimato ao presidente Washington Luiz, exigindo sua renúncia da presidência. Diante da negativa ao pedido de renúncia do presidente ao general Fragoso, este determinou a sua prisão e também cercou a sede do Governo Federal (Palácio Guanabara), no dia 24 de outubro. Imediatamente forma-se a junta provisória de governo, composta pelos generais Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha.

Em virtude da posição de liderança dos gaúchos no processo revolucionário, Getúlio assume o governo provisório perante a junta provisória de forma natural, em função de sua liderança absoluta a frente da aliança liberal, colocando fim, em 3 de novembro, ao período da Primeira República e dando início à Era Vargas, com Getúlio Vargas consolidado como presidente do país.

1.1 A Revolução em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a Revolução teve o seu início algumas horas depois de Porto Alegre. Tendo em vista que o governo mineiro buscou a todo momento a rendição do Exército através de negociação, os primeiros tiros foram disparados nas primeiras horas da madrugada do dia 04 de outubro. Já em Porto Alegre, o tiroteio se inicia na tarde do dia 03 de outubro. É como se o Governo de Minas estivesse aguardando os acontecimentos nos outros Estados membros da Aliança Liberal. O movimento em Minas foi liderado pelo Presidente do Estado, Olegário Maciel, recém-empossado e um grande entusiasta do movimento. Por meio da imprensa, conclamou todo o povo mineiro a apoiar os revolucionários em todas as frentes de batalhas. A convocação do presidente do Estado foi amplamente divulgada nos dois maiores jornais de circulação da capital mineira, jornal *Estado de Minas Gerais* e o jornal oficial do governo de Estado, *Minas Gerais*. O jornal *Estado de Minas* assumiu declaradamente a posição de órgão de apoio à Revolução e aos valores liberais, e, portanto constata-se em sua matéria um completo alinhamento de seu discurso com o jornal oficial do governo do Estado.



Figura 1: Primeira página do jornal oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, noticiando o início do movimento revolucionário.



Figura 2: Chamada da primeira página do jornal Estado de Minas, de 4 de outubro de 1930, enfoca como matéria principal o início da revolução.

As unidades militares em Minas Gerais, sediadas em Belo Horizonte, à exceção do 12º RI, elemento central de nosso trabalho, de modo geral não ofereceram grande resistência no enfrentamento com a Força Pública do Estado. A tática adotada pelo governo estadual foi de aprisionamento dos oficiais de comando dessas unidades, momentos antes do início de qualquer enfrentamento das forças. As repartições públicas federais como Correios, Telégrafos, Delegacia Fiscal, estações da Central, da Oeste e a 6ª Divisão Provisória da Central do Brasil, Alfândega e todas as repartições públicas federais ficaram sob a guarda e a responsabilidade das forças mineiras.

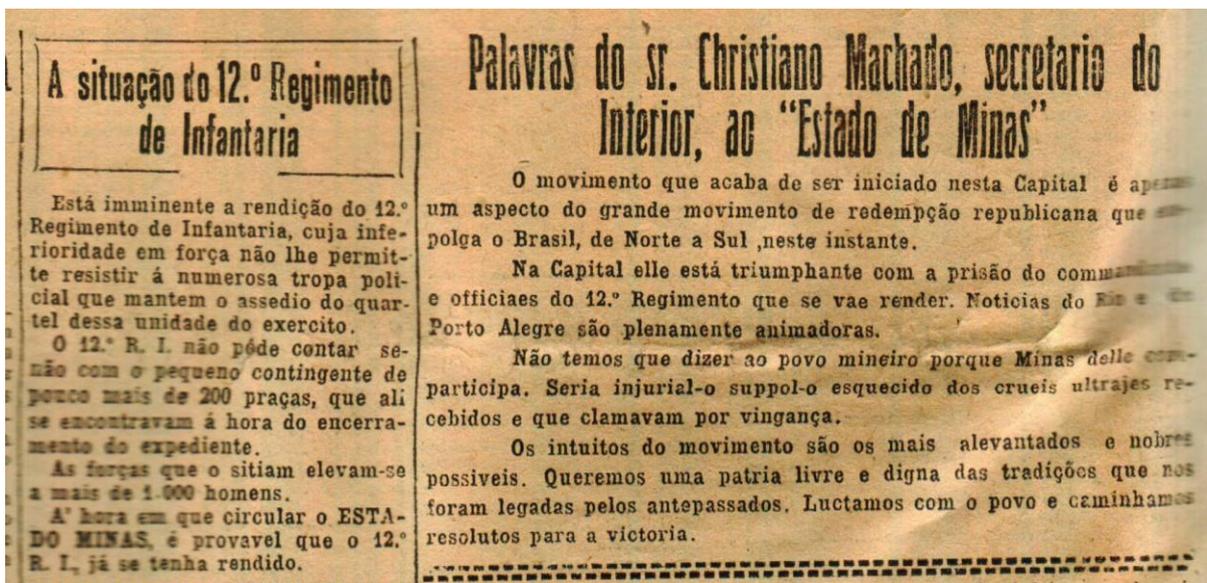


Figura 3: Primeira página do jornal Estado de Minas de 4 de outubro de 1930, início do confronto entre Exército e a Força Pública.

A Revolução em Minas, como de resto em todo o Brasil, se deu dentro de um grande clamor de liberdade do povo brasileiro. Assim sendo, setores da sociedade mineira beneficiados pelos favores do governo responderam plenamente ao chamado das autoridades constituídas do Estado, organizando batalhões voluntários formados para o enfrentamento contra os federais, legiões de assistência aos soldados e aos familiares destes durante os momentos de combate, assim como oferecendo depois auxílio financeiro. Até mesmo alguns atletas de equipes de futebol se ofereceram para as frentes de batalha, reflexo de uma grande mobilização da sociedade.

Nas cidades do interior do Estado, os obstáculos foram maiores em algumas localidades, em função da dispersão das unidades da Força Pública do Estado e, por outro lado, da concentração das tropas do Exército. No enfrentamento em Três Corações, morreu o coronel Djalma Dutra, revolucionário dos movimentos tenentistas, da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e integrante da Coluna Prestes, entre 1922 e 1927.

Em Ouro Preto, também foco da resistência legalista, houve uma rápida troca de tiros entre os federais e a força do Estado, com o movimento facilmente debelado, com a rendição dos militares do exército brasileiro. Em São João del-Rei, houve combates até o dia 15 de outubro. Portanto, a tomada dessa unidade federal se deu sob forte resistência, resultando em várias mortes de civis e de militares. Em Juiz de Fora, o confronto se manteve até o dia 23 de outubro, configurando um dos mais longos períodos de resistência dos militares federais contra as forças militares do Estado. Possivelmente, a duração possa ser em razão do equilíbrio entre as forças em operação. A Força Pública do Estado de Minas Gerais também avançou com uma coluna revolucionária em direção ao Estado do Espírito Santo, com a função de ocupar a capital, Vitória, tendo concluído a operação com pleno êxito em 19 de outubro.

1.2 A Revolução em outros Estados

Foi na Paraíba, em 1930, que se concentraram as forças revolucionárias do nordeste. Aliada aos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, em oposição ao Presidente Washington Luiz, a Paraíba, na pessoa de seu governador João Pessoa, havia composto a chapa encabeçada por Getúlio Vargas, na qualidade de Vice-Presidente, em oposição ao candidato Júlio Prestes, apoiado pelo Presidente Washington Luiz.

Nessa articulação, o Estado da Paraíba ganha posição de liderança no nordeste. Derrotado nas eleições no dia 1º de março de 1930, João Pessoa permanece se opondo ao candidato eleito Júlio Prestes, acusando fraude no processo eleitoral.

No dia 26 de julho, João Pessoa é assassinado por João Dantas em Recife por motivos de ordem política e também por razões pessoais. A morte de João Pessoa desencadeou uma grande comoção em todo o país, colocando-o como elemento central na mobilização e em seguida no acionamento da luta armada. João Dantas foi encontrado morto numa cela da casa de detenção.

1.3 A Revolução no Estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul o movimento militar que derrubou a República Velha e levou Getúlio Vargas ao poder iniciou-se no final da tarde de 03 de outubro de 1930, em Porto Alegre, quando os revolucionários atacaram simultaneamente as principais unidades militares da cidade. O ataque ao quartel da 3ª Região Militar foi comandado por Oswaldo Aranha Flores da Cunha e pelo capitão Agenor Barcelos; o morro do Menino Deus, onde ficava importante depósito de armamentos, foi assaltado por tropas sob o comando de João Alberto: por fim, o 7º Batalhão de Caçadores, unidade que ofereceu maior resistência, ficou a cargo de Alcides Etchegoyen e Góes Monteiro, o chefe militar supremo da Revolução.

Na madrugada do dia 4 de outubro, a capital gaúcha já se encontrava inteiramente sob o controle dos revolucionários. Vargas divulgou um manifesto conclamando os gaúchos à luta, e em poucos dias mais de 50 mil voluntários se apresentaram. No interior do Estado, a resistência legalista também foi muito pequena, restrita a umas poucas guarnições do Exército. Já no dia 5 de outubro, todo o Estado havia aderido à Revolução. Entre os oficiais legalistas presos no Rio Grande do Sul pelos revolucionários encontravam-se o general Gil de Almeida e o coronel Euclides Figueiredo.

Dominada a situação no Rio Grande do Sul, foram formadas colunas que partiram em direção ao norte. Alcides Etchegoyen e João Alberto comandaram um grupo que se dirigiu ao interior de Santa Catarina e Paraná; outra coluna, sob o comando do general Valdomiro Lima, seguiu o mesmo rumo, mas logo retornou ao Rio Grande do Sul; Ptolomeu de Assis Brasil comandou o avanço sobre o litoral catarinense com o objetivo de ocupar Florianópolis, onde enfrentou resistência legalista; e um quarto grupo, sob o

comando de Miguel Costa, tomou o caminho de São Paulo, por via férrea, não encontrando qualquer obstáculo até a cidade paranaense de Ponta Grossa.

No dia 10 de outubro, um comboio revolucionário, do qual faziam parte Getúlio Vargas e Góes Monteiro, partiu do Rio Grande do Sul em direção à capital federal. Ao chegar em Ponta Grossa, juntaram-se às forças revolucionárias ali estacionadas para planejar o ataque decisivo ao Estado de São Paulo, que deveria cair sobre a localidade de Itararé. Porém, um dia antes do ataque, previsto para 25 de outubro, os chefes revolucionários receberam a notícia de que no Rio de Janeiro oficiais de alta patente da Força Armada haviam deposto o presidente Washington Luis e formado uma junta de governo. Vargas ordenou, então, que as forças revolucionárias seguissem em direção ao Rio de Janeiro, e aí, no dia 3 de novembro, após negociações encaminhadas por seus representantes, recebeu o poder das mãos da junta militar.

2. O HISTORIADOR E A REVOLUÇÃO DE 30

Entender o significado do movimento de 30, até o presente momento, tem sido um grande desafio para os historiadores. Discute-se se de fato representou uma ruptura na sociedade brasileira, dentro de uma perspectiva marxista, muito embora a partir dos anos 80, com a adoção de novos objetos e novos olhares na construção historiográfica, tenhamos uma produção bem mais voltada para a classe operária e seus instrumentos de lutas, como sindicatos partidos políticos e etc., conforme Decca:

De repente, a classe operária começou a ser ouvida através dos discursos acadêmicos. Pesquisas históricas sobre o anarquismo e o anarco-sindicalismo, projetos de pesquisa cujos parâmetros essenciais privilegiavam a atuação histórica do proletariado, formação de arquivos que recolham a documentação escrita e as imagens históricas da classe, tudo parecia se transformar e o dispositivo que sustentava a produção intelectual do pós-64 começava a “dobrar-se sobre si mesmo”. Reflexões de um discurso que, paulatinamente, já não pretendia mais correr à frente das práticas sociais homogeneizando aspirações diferenciadas no âmbito da luta de classes. Os discursos acadêmicos tornavam-se, inclusive, por um momento, o lugar privilegiado onde a classe operária encontrava canais de expressão (DECCA, 1981, p. 36).

Em nosso trabalho não pretendemos aprofundar o debate sobre o que representou do ponto de vista historiográfico a Revolução de 30. Significou a continuidade ou uma ruptura? A resposta a essa pergunta para nós não é de grande relevância. O que buscamos como elemento central deste trabalho são os elementos desconsiderados na construção historiográfica que podem ser realçados com a iconografia, a memória histórica, a oralidade, enfim, pelas culturas políticas que permeiam a temática de nosso trabalho.

Durante anos o discurso acadêmico, ao não falar em seu nome, ocultava o lugar onde ele era produzido e não permitia uma operação crítica capaz de investir contra os próprios objetos e temas comuns na área das ciências humanas. Desvendado o mecanismo ideológico que, na ordem das representações, homogeneizava no discurso acadêmico a figura do intelectual e da classe operária, os intelectuais viram-se diante da urgência de encarar de frente o estatuto de sua própria produção e começar a se interrogar sobre o lugar ocupado por esse mesmo discurso e sobre os temas daí decorrentes (DECCA, 1981, p. 38).

A Revolução de 1930 representou o fim dos laços e práticas políticas do início da república, conhecida também como República Velha, marcadas pela dispersão dos Estados e Municípios, formados pelas oligarquias locais que, via de regra, determinavam a linha de ação do Governo Federal em conformidade com o interesse oligárquico. A Revolução de 1930 foi um marco importante no processo de transformação e modernização da sociedade brasileira como um todo, pois rompeu em

parte com a economia baseada na produção agrícola que simbolizava o atraso e abriu caminhos para o processo de modernização e industrialização do país. Ressaltamos também, que os grandes produtores do setor agrícola se rearticulam na nova base econômica e política do país. No caso de São Paulo, o processo de industrialização deslancha em relação aos outros Estados da federação em função da grande base industrial já existente.

Em última análise não devemos nos esquecer de que, segundo Tronca,

[...] é preciso dizer que a idéia de “revolução de 30” talvez seja a construção mais bem elaborada do pensamento autoritário no Brasil. Como tal, foi e continua sendo um poderoso instrumento de dominação, na medida em que apagou a memória dos vencidos na luta e construiu o futuro na perspectiva dos vencedores (TRONCA, 1988, p. 7).

Em nosso trabalho procuraremos dar uma maior ênfase à voz dos vencidos, ou seja, a classe operária e camponesa. Nesse sentido, o livro *1930 O silêncio dos vencidos*, de Edgar de Decca, será uma espécie de fio condutor, por se tratar de uma obra que contempla nossa temática na sua totalidade.

[...] trinta aparece nas análises como corpo de representação pontilhado de espaços em branco, lacunas que o discurso acadêmico deve preencher para alcançar a verdade oculta desse acontecimento.

Contudo, como a revolução de trinta chega até à historiografia através dos discursos produzidos no passado, esse corpo de representações define por si mesmo os seus elementos constitutivos. Nesse sentido, a produção acadêmica, colocando-se frente a esse campo de representações, procura enunciar um discurso capaz de não só dar substância aos elementos existentes na explicitação do “fato histórico”, como também preencher as lacunas e os espaços vazios nele enunciados (DECCA, 1981, p. 48).

Por fim, gostaríamos de estabelecer um paralelo entre a reflexão que Decca faz do insucesso da classe operária e camponesa, já que a história é construída na perspectiva do vencedor, e o silêncio em torno da morte de nosso avô, João Maia, assim como a saga de sua esposa, nossa avó, Luisa de Menezes. Nossa intenção é interpretar o acontecido no contexto da Revolução de 30 aqui em Minas como um episódio silenciado pelo vencedor.

Dona Luisa, insisto, teve que enfrentar um quadro extremamente desfavorável, em virtude da falta de respostas concretas do Estado e do engajamento do governo enfronhado na revolução liberal. O Estado não conseguiu responder as questões sociais e políticas do país através do exercício da democracia, ouvindo as massas populares. Por outro lado, a descrença e falta de clareza no projeto do movimento operário e camponês como instrumento eficaz de superação popular fragilizam ainda mais, nesse momento, a luta coletiva como horizonte por parte da Dona Luísa.

Responder aos familiares de um trabalhador na circunstância de sua morte, assumindo as responsabilidades, dando um enterro decente para o corpo, assistindo às necessidades da viúva, nesse momento, deixa de ser responsabilidade. Restou a Dona Luisa o esforço para reconstruir a sua vida e criar os filhos resignadamente.

O caminho do governo revolucionário passou bem longe disso. Em lugar de olhar para as desventuras do povo, desarticulou as organizações dos trabalhadores através da intervenção, e impôs o silêncio e o controle rígidos aos órgãos de imprensa, com a criação de institutos policiais. Era a ditadura Vargas levada a cabo em todo o país.

3. A HISTÓRIA DA FORÇA PÚBLICA MINEIRA

Não temos a pretensão neste item de ir além de um breve relato sobre a formação da Força Pública Mineira, tendo como referência o ensaio da professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, publicado na Revista de História *Locus*, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Segundo Viscardi; (1995, p. 41-51),

Não se pode entender a História Política Brasileira sem levar-se em conta um de seus principais atores, os militares. Tal observação se agrava quando nos debruçamos sobre a historiografia Mineira.

Viscardi, também aponta em seu ensaio para a falta de uma produção acadêmica específica sobre a Força Pública Mineira. A produção existente, em sua maioria, é cercada de uma narrativa marcada por feitos heroicos dos militares mineiros, omitindo, assim, as derrotas e fracassos. E, na mesma medida, valorizam através dos grandes feitos militares a manutenção das elites no poder. Ainda de acordo com a autora,

São raros os momentos em que o contexto histórico em que se desenrolam os acontecimentos narrados é levado em conta, reproduzindo modelos de uma historiografia positivista já por demais conhecida de todos nós. Ao mesmo tempo, esses trabalhos se constituem em relatos pessoais de experiências dos próprios militares, publicados pela Imprensa Oficial do Estado, com o objetivo de serem divulgados no interior da própria corporação, visando sedimentar o *necessário controle ideológico* dos militares mineiros (VISCARDI, 1995, p. 42).

Assim, a autora encontra no estudo da Primeira República em Minas contribuições que propiciaram como alternativa o preenchimento da lacuna acima citada, afirmando que são muitos os trabalhos acadêmicos de qualidade produzidos que permitem o aprofundamento dos aspectos da história regional mineira, propiciando sua inserção nos aspectos políticos, econômicos e culturais desse período, apesar, segundo a autora, de as fontes secundárias sobre o assunto serem escassas, bem como deficitárias. E as fontes primárias de grande abundância.

Para nossa análise da formação da Força Pública Mineira, trilharemos pelos caminhos associados aos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais do período em questão e também nas suas orientações internas.

3.1 Origens da Força Pública Mineira

No período colonial, as atividades e práticas bélicas da Coroa estavam ligadas à Marinha, que tinha o papel de fazer a proteção da costa da colônia contra as invasões estrangeiras, ficando a proteção interna sob a responsabilidade dos senhores de terras, com a chancela do poder central de Portugal. Nesse sentido, as primeiras forças

auxiliares no interior da colônia não tinham um caráter militar, e sim o de defesa dos interesses privados.

Existiam apenas tropas, que se distribuíam da seguinte forma: um Exército Real, que formava a tropa de primeira linha e cujos integrantes recebiam salário; as milícias, também denominadas como tropas de segunda linha, que atuavam em tempo parcial, compostas de civis, sem o recebimento de salário e com a função de força auxiliar; e a tropa de terceira linha, composta pelos Corpos de Ordenança, formada por civis que não se alistavam nas outras tropas, não recebiam salários e sua área de atuação era de âmbito municipal.

Assim, as origens da Força Pública Mineira vislumbram-se em 1706, quando da transferência das forças auxiliares para a região de exploração do ouro. Segundo Viscardi, a função dessas forças era:

viabilizar a exploração aurífera sob o monopólio da Coroa. Assim, na Capitania de Minas, estava prevista a indicação pelo Governador de um capitão-mor por localidade, o qual ficaria responsável pelo levantamento de moradores aptos para o serviço militar entre 18 e 60 anos, excluindo mulheres, sacerdotes e magistrados. Já se percebe aqui a intenção de recrutar sobretudo escravos, principalmente os que ainda não estavam vinculados a uma atividade produtiva específica. Isto ainda era possível em um momento em que a exploração aurífera estava em seu início (VISCARDI, 1995, p. 44).

Dessas forças auxiliares, destaca-se que seus postos de alto comando eram ocupados pelas elites políticas ricas, oriundas em sua maioria das atividades de extração do ouro, com a atribuição de organizar e manter essas tropas, formadas pelos setores subalternos da sociedade. Para se alcançar o oficialato, dependia-se da nomeação do governador, através da indicação em listas.

Aos poucos, fora de qualquer controle, à revelia de Portugal, se formaram inúmeros grupos armados, moldando-se numa espécie de exército particular de cada grupo de poder das elites. Apesar do conhecimento e advertência do Reino ao Governador da Capitania sobre tais acontecimentos, a situação se mantinha em função de os chefes políticos locais exercerem o poder econômico e político.

Aqui pretendemos dar um fechamento à discussão historiográfica sobre o processo de criação da polícia militar mineira.

Segundo Francis Cotta:

A história da institucionalização de um corpo militar responsável pela polícia nas Minas do Ouro inicia-se em 1719, com a chegada dos Dragões em Vila Rica (atual Ouro Preto). Considera-se que, em função de uma dinâmica econômica e geopolítica *sui generis*, os corpos militares das Minas, em especial a tropa regular e paga pela Coroa portuguesa, teriam sofrido um processo de especialização policial precoce.

No século XVIII, tendo em vista a necessidade de controle do território, das pessoas e da arrecadação dos impostos, a Coroa

portuguesa construiu, gradativamente e ao sabor das exigências locais, um conjunto de *políticas da ordem* para Minas. Para que o Coração *da América Portuguesa* bombeasse o sangue dourado com regularidade seria necessário manter em níveis toleráveis a tranquilidade e o sossego públicos.

A implantação das *políticas da ordem* teria como seus principais parceiros não somente os dragões e pedestres, mas de forma complexa e muitas vezes contraditória os corpos militares de ordenanças, auxiliares e homens-do-mato. As ações desenvolvidas por essa organização militar seriam permeadas por um processo marcado por negociações e resistências (COTTA, 2006, p. 45).

Em seu ensaio sobre a Força Pública em Minas Gerais, Viscardi enfatiza o caráter da formação das tropas militares no período colonial e também o surgimento da Força Pública mineira:

Como se pode facilmente perceber, essas tropas eram mal instruídas, mal fardadas e precariamente armadas, estando longe de formar uma corporação militar. Serviam sobretudo como exércitos particulares das elites dominantes, para a manutenção de sua exploração do ouro e de seu controle político regional.

Em 1715 foi criado o Regimento dos Capitães do Mato, mantido com recursos dos proprietários para a captura de negros fugidos. Como recebiam pelo número de apreensões, capturavam todo e qualquer negro que encontrassem, fugidos ou não.

O ano de 1719 é apontado pela historiografia sobre o tema como o ano de criação da Força Pública de Minas, quando se dá a organização das Companhias Regulares de Dragões. Vindas de Lisboa, duas delas foram instaladas em Minas com um efetivo total de 104 homens. O objetivo das mesmas era o de patrulhar a ida dos quintos para o Rio de Janeiro e significava uma tentativa da Coroa de exercer seu poder sobre os potentados locais, os quais freqüentemente ameaçavam-na com levantes e igualmente furtavam o ouro. Para se evitar o controle dos chefes locais sobre essas tropas, eram mantidas pelo Reino e composta de brancos (portugueses e outros europeus), armados com o que melhor existia na a época. Seria este o primeiro esforço de formação de um Exército Nacional, voltado para o atendimento dos interesses do poder central, em uma tentativa de fragilizar o poder regional (VISCARDI, 1995, p. 45-46).

Com o auge da produção aurífera entre os anos de 1733 e 1748, somente a Companhia de Dragões torna-se insuficiente para atender a Capitania, apesar de se dedicar exclusivamente às atividades de repressão. Em razão da incapacidade das Companhias, o clima torna-se insustentável, com frequentes levantes e sonegação fiscal, o que despertou uma enorme preocupação da Coroa. Voltam à cena as antigas tropas, com a função de fazer patrulhamentos locais, condução de presos e combate às desordens, principalmente dos elementos da própria corporação, sem perder a sua função de proteger as elites regionais.

Com a desarticulação das Companhias de Dragões, em 1775, cria-se a tropa paga da Capitania de Minas, formada pelos melhores homens das tropas auxiliares. Também

nesse mesmo ano, em Vila Rica, foi instalado o primeiro Regimento Regular de Cavalaria de linha de Minas, como tropa remunerada com recursos do tesouro real.

No ano de 1831, o Governo Imperial toma a decisão de extinguir todas as forças paramilitares existentes, reduzindo drasticamente o Exército para com isso criar a Guarda Nacional e a Guarda Municipal permanentes, que mais tarde originaram todas as Forças Públicas estaduais do país. Resultando na extinção das Milícias e Ordenanças, a Guarda Nacional substituirá definitivamente os Corpos Auxiliares.

As Guardas Municipais, formadas por voluntários permanentes, ficariam sob a responsabilidade dos governos Provinciais, com a atribuição de organizá-las, pagar aos seus membros e nomear os seus oficiais. Após pressão do Governo Provincial Mineiro, seriam incorporados os oficiais de Primeira Linha. E, mais tarde, as Companhias desmontadas anteriormente passaram a integrar a primeira Companhia de Permanentes como Tropa de Infantaria. A criação das Guardas Municipais estava relacionada com o temor da abolição da escravatura e a falta de credibilidade junto às autoridades das Tropas de Linha.

Em 1850 inicia-se o processo de transformações com vistas à modernização e profissionalização militar, com a introdução de critérios mínimos de tempo de serviço e de educação para ascensão na carreira. Nos anos seguintes a 1850, não ocorrem mudanças significativas em relação aos investimentos e efetivos, até que em 1881 se deu a criação da Guarda Urbana, composta de um efetivo de 131 homens, e a mudança radical se deu em função da abolição da escravatura, quando os investimentos com repressão aos escravos haviam terminado.

3.2 O Pensamento Republicano na Organização da Força Pública

A Proclamação da República repercutirá no pensamento e na organização das instituições do estado, e, conseqüentemente, se refletirá nas estruturas de segurança. Cotta revela em sua obra como a proclamação da República influenciará na organização policial do Estado de Minas:

O movimento que proclamou a República repercutiu no interior do Brasil com medidas radicais. Para afastar qualquer reação armada que a fidelidade e devotamento ao velho imperador pudessem provocar, reformularam-se as corporações policiais. Em Minas, o Corpo Policial foi dissolvido. Em seu lugar criou-se a Guarda Republicana, comandada por um coronel ou tenente-coronel com a atribuição de ‘auxiliar o governo na manutenção da ordem pública, defesa do solo pátrio e da causa republicana’. Seu efetivo era distribuído em quatro corpos militares.

Em maio de 1890, o governador do Estado, João Pinheiro da Silva, ao tratar da situação da Polícia em Minas, elencou uma série de entraves: o efetivo era insuficiente para atendimento das múltiplas necessidades nas várias partes do vasto território; era grande a impossibilidade de ser-lhe imposta a disciplina, a

direção e a fiscalização; havia grande dificuldade de comunicação; os “paisanos” eram nomeados sem nenhum preparo ou aptidão para o desempenho das funções, o que contribuía para o desprestígio da Polícia; os exíguos vencimentos concorriam para afastar dos quadros “os cidadãos mais aptos para o serviço militar, desde que não lhes oferecerem meios decentes de subsistências, remuneradores dos pesados encargos que lhes incumbem” (COTTA, 2006, p. 85).

O decreto de abril de 1890 permitiu a criação da Guarda Republicana em Minas Gerais, com um efetivo de 1.500 homens, dividido em quatro corpos com três companhias cada. Em 1891, o presidente de Minas, Cesário Alvim, ampliou o número de companhia para 16, e os corpos receberam a denominação de batalhões. Um quinto corpo foi criado sediado na capital e, mais tarde, em 1904, foi criada a Guarda Cívica, com um efetivo de 100 homens, com a função de fazer o policiamento de capital.

Algumas medidas tomadas a partir de 1911 repercutirão para uma maior profissionalização da Força Pública. A criação da Caixa Beneficente irá funcionar como complemento salarial, dando um maior estímulo à carreira militar. Recursos de investimento em instrução são disponibilizados. Nesse período foi contratado o instrutor suíço, Roberto Drexler, que, apesar das críticas ao seu trabalho, dá uma nova dinâmica aos métodos de treinamento, período esse reconhecido pelos militares como de grandes melhorias na estrutura da carreira militar, mas que tem uma curta duração.

O governo de Delfim Moreira promove alterações no interior da corporação que desagradaram grande parte dos militares. Medidas como a redução de gratificações e cortes da carreira de alguns cargos de maior remuneração. Mas uma das alterações mais significativas foi tornar a Força Pública de Minas Gerais uma Força auxiliar do Exército Brasileiro. Ao tomar essa medida, desencadeou-se uma série de alterações na estrutura da Força Pública. O ato de tornar a Força pública subordinada ao Exército foi uma medida que visava sobretudo a redução dos gastos do Estado, pois a Constituição Federal de 1891, em certa medida, definia o Exército como instituição superior às forças estaduais.

[...] alterações não só nas nomenclaturas da hierarquia (passou a adotar os mesmos nomes do Exército), como nas relações com o Exército, que passaram a ser muito mais próximas. Os instrutores e comandantes das tropas da Força Mineira poderiam ser requisitados no Ministério da Guerra; os reservistas do Exército poderiam fazer parte do quadro da Força Pública (VISCARDI, 1995, p. 52).

Essas mudanças promovidas pelo governo de Delfim Moreira visavam garantir apoio armado ao governo mineiro de Wenceslau Brás. Também no rol dessas medidas constaram a nacionalização das tropas e centralização do controle e comando de todo o efetivo nas mãos do presidente do Estado.

No mandato de Artur Bernardes, entre 1918 a 1922, com os investimentos em melhoria do efetivo, promoção de oficiais, aquisição de novos equipamentos, treinamento das tropas e criação da Escola de Metralhadoras com instrutores da Força Pública Paulista, embora as tropas de Minas não tivessem qualquer participação no movimento

tenentista, a atitude do governo ganhou a adesão da grande maioria da oficialidade. A região do triângulo mineiro era de grande preocupação do governo, temendo invasões vindas da região do Estado de São Paulo.

O que se percebe é que, apesar de todos os investimentos desde o início do período republicano, esses foram insuficientes para que a Força Pública de Minas estivesse bem treinada e eficiente para enfrentar os desafios de sua função de segurança. O Estado de São Paulo, em razão de sua situação econômica, foi uma referência para Minas, pois, no que tange a preparação e treinamento da Força Mineira nesse período, São Paulo quase sempre foi um grande parceiro. A condição econômica de São Paulo possibilitava a formação de um Exército superior materialmente e na formação e treinamento de efetivo, comparativamente ao Exército Brasileiro. Na realidade, o despreparo e a ineficiência da Força Mineira eram de conhecimento do comando geral e do governo do Estado.

O que se pode notar é que, apesar de todos os investimentos no sentido de dar uma boa preparação, formação e aquisição de equipamentos atualizados para as tecnologias da época, a Força Pública de Minas sempre estava aquém do que se esperava para o exercício de suas funções. Até mesmo no combate aos revoltosos de São Paulo em 1924, bem como na Revolução de 1930, quando houve uma grande adesão de voluntários para o alistamento nas fileiras da Força.

3.3. Força Pública de Minas Gerais nos anos 20

Nos anos 1920, conforme a distribuição das forças federais, e dependendo da condição econômica e política de um Estado, sua Força policial podia ser muito superior à força militar do Exército, tanto no número do efetivo quanto na qualidade e quantidade das armas, destinadas à segurança pública.

Já o preparo para o exercício das funções de segurança pública de grande parte das Forças Públicas estaduais era quase sempre relegado ao segundo plano, e havia muito improvisado no sentido de garantir o funcionamento da instituição. Os postos de oficiais dependiam quase sempre de indicação política ou seguiam uma ordem natural de tradição de família. Já no caso dos postos subalternos, eram preenchidos muito em função do clamor do momento para que houvesse uma ação voluntária de grupos para o engajamento. No confronto de 1930, ficou muito evidente, quando foram criados vários batalhões voluntários com funções que variavam entre a ação assistencial e até mesmo para o manuseio de armas de fogo no combate, de modo que o despreparo era a regra na constituição desses efetivos.

Ao contrário das Forças Públicas estaduais o Exército brasileiro encontrava-se bem melhor estruturado do ponto de vista do treinamento e dos equipamentos para o exercício de combate. Parece-nos que o quartel do 12º RI era um espaço adequado para o treinamento dos batalhões que compunham aquela unidade. O treinamento de combate frequente naquela unidade militar redundava em reclamação por parte dos moradores da região. A preparação física era uma obstinação do Coronel Joaquim de Andrade, com exercícios físicos em dois turnos. Ao contrário dos militares da Força Pública, ligados ao serviço de policiamento rotineiro das ruas, o militar do Exército é preparado para a ação de combate. Portanto, com cerco ao quartel pelas Forças Públicas, em princípio, não havia a intenção imediata de atacar. A ideia era exercer uma pressão psicológica para que os sitiados se rendessem sem que fosse preciso o emprego das armas. Isso

favoreceu a que os militares do 12º RI se organizassem internamente, pois já existia uma decisão de revide caso houvesse qualquer tentativa de ataque, mesmo tendo recebido orientação do comandante do regimento, preso na Secretaria do Interior, pelo secretário Christiano Machado, de rendição da unidade.

Esse preparo ficou muito evidente pelas táticas aplicadas durante o confronto com a força estadual, em que um número extremamente reduzido do efetivo do quartel do 12 resistiu por um período maior do que se esperava. Tiveram que superar a inexistência de comunicação com os setores externos ao quartel, o corte da energia elétrica, completa falta de apoio médico para os feridos, escassez de comida, água potável – que foi contaminada por creolina logo de início do combate – e desgaste físico e mental em função do número reduzido do efetivo.

4. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O 12º REGIMENTO DE INFANTARIA

A história da criação do Exército está relacionada à Independência do Brasil e à constituição do Estado brasileiro, embora o dia 19 de abril seja a data de comemoração de sua fundação, em alusão à invasão de Pernambuco pelos neerlandeses em 1648.

De fato, a constituição das nossas forças de segurança, seja para atuar internamente ou externamente, remonta ao período colonial. É como se o Exército e as Forças Públicas surgissem de um mesmo tronco, resguardando-se os processos históricos de formação dos Estados do Brasil.

É sempre importante frisar que a história da política brasileira é marcada pela ação militar; sendo assim, torna-se fundamental conhecermos a instituição Exército Brasileiro, de origens seculares. Em meados do século XIX destacam-se algumas medidas introduzidas em lei que serviram para a profissionalização militar. Entre as medidas que desencadearam o processo de profissionalização, aponta-se:

[...] requisitos mínimos de tempo de serviço em educação para a ascensão na carreira. Destaca que dois acontecimentos foram fundamentais no processo de modernização do Exército: a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República (VISCARDI, 1995, p. 50).

A Guerra do Paraguai favoreceu o desenvolvimento e o crescimento do Exército brasileiro do ponto de vista de seu armamento, somado à experiência no exercício de combate com o inimigo real. Ao final da Guerra, a instituição Exército se fortalece politicamente, assumindo um papel preponderante na defesa interna e externa do Estado brasileiro.

A necessidade de superação das condições adversas com a fome, o frio, fatores geográficos de toda sorte, manuseio de equipamentos e armas, durante os combates na guerra, em certa medida favoreceram no aprimoramento das técnicas do exercício de combate das tropas, o que, apesar do número de baixas, contribuiu para o reconhecimento da instituição frente à nação.

A Proclamação da República é resultado da ação militar que marca de forma decisiva a trajetória do Exército brasileiro no cenário político nacional, embora não tenha havido o emprego efetivo da força, perante o processo de enfraquecimento da monarquia e o avanço das ideias republicanas que contaminaram as escolas da oficialidade do Exército brasileiro. A Proclamação da República deu-se através de um golpe, ou seja, nossa república nasceu de um golpe militar, o que define o destino da vida política brasileira.

Com isso, o Exército brasileiro torna-se detentor de importância e poder no cenário político republicano. E passa fazer parte da história republicana, sendo que, nos momentos de sobressaltos políticos e sociais, o Exército se apresenta como única instituição capaz de assegurar os interesses das elites, colocando o país nos trilhos da ordem nacional pela força das armas.

Ressaltamos nesse aspecto que o Exército Brasileiro apoiado da filosofia positivista, marca a história do país, em que pela primeira vez manteve um período de governo exercido por militares. Assim impuseram ao país seu projeto de desenvolvimento

nacional baseado na paz e na ordem que logo se frustra pelas crises econômicas e de instabilidade política decorrente do processo sucessório.

Na década de 1920, o movimento tenentista ficará marcado na vida do Exército pela sua participação em várias rebeliões promovidas por jovens que em grande maioria integravam esse grupo.

5. BAIRROS PRÓXIMOS AO 12º - HISTÓRIA E ENVOLVIMENTO



Figura 4: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: Planta Geral de Belo Horizonte 1928-1930, em destaque o Quartel do 12º e o local onde terminava a Av. Amazonas e se localizava a Barroca, representado no mapa pelo espaço cheio de vias tortas.

O Brasil nos anos trinta é marcado por grandes transformações que repercutiram nos planos econômico, social e político. E essas mudanças chegaram à cidade de Belo Horizonte e provocaram alterações no projeto urbanístico concebido para os seus espaços. Desse modo, os bairros que compõem a região do entorno do quartel do 12º Regimento de Infantaria, parte integrante da história da cidade de Belo Horizonte, foram afetados pelo processo de mudança em curso no país como um todo. Essas alterações foram desencadeadas com o fim do confronto entre as forças estaduais e federais, provocando uma enorme destruição na região. Ressaltamos que algumas mudanças já estavam em curso desde os anos 20, com a implantação de indústrias e de novas áreas residenciais.

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897. Tem essa característica especial: é uma cidade que não surgiu de ocupação espontânea de um espaço por um grupo de pessoas. Foi projetada para existir de uma determinada maneira e ser construída segundo um traçado.

Pelo projeto original, Belo Horizonte possuía seções urbanas e suburbanas. Depois vieram as colônias agrícolas, outra forma de ocupar a cidade pensada pelo governo, que deveriam ficar nas seções suburbanas. A partir da ocupação dessas colônias e seções pela população, surgiram, então, os bairros que conhecemos hoje. Muitos desses ainda possuem como nome oficial, o nome da colônia ou da seção urbana de origem.

Belo Horizonte foi planejada com espaço delimitado por 3 áreas distintas: uma urbana, interior à Avenida do Contorno; outra suburbana, para moradia dos funcionários públicos e integrantes da polícia e uma rural, para produção agrícola. Não se tem informação sobre a criação de uma área específica para moradia dos operários. Desta forma os mesmos sem espaço para se instalar, deram início à formação das primeiras áreas de favelas da capital no Córrego do Leitão, no Barro Preto; no Alto da Estação, no Santa Tereza; no Lagoinha; no Barroca, em uma região conhecida como Vila Lídia, e no Morro das Pedras.²

Procuraremos a seguir apresentar um pequeno histórico dos bairros Barro Preto, Barroca, Calafate e Prado, que efetivamente compõem o entorno do quartel do 12º RI, envolvidos no fogo cruzado.

5.1 Bairro Barro Preto

O Barro Preto é considerando um dos bairros mais tradicionais de Belo Horizonte. Localizado na região Centro Sul, tem na sua formação a presença de imigrantes italianos chegados à cidade no início do século XX. A presença do imigrante italiano no bairro deu origem ao Cruzeiro Esporte Clube, originalmente Palestra Itália.

Devido à existência de uma argila escura e viscosa encontrada com muita facilidade e à formação pantanosa do solo da região, deu-se ao bairro nome Barro Preto. O Barro Preto foi inicialmente ocupado por um grande número de trabalhadores que ajudaram na construção da capital. O bairro também ficou conhecido pelo alto grau de violência, pela presença de bêbados, marginais e prostitutas. No local, eram muito comuns as frequentes brigas entre militares do Exército e policiais das forças de segurança do Estado. O clima era de muita rixa, em alguns casos resultando em mortes.

5.2 Bairro Barroca

Ressaltamos que o bairro Barroca é um dos elementos centrais de nosso trabalho, pois meus avós nele residiram, muito provavelmente em um local entre o Quartel do 12º e a Rua Juiz de Fora, nas proximidades da confluência das Avenidas Barbacena e Amazonas, atualmente. Lá o Sr. João Maia foi morto e enterrado, pois, do ponto de vista da estratégia militar, a região ocupava um dos flancos do quartel, e, ao que nos parece, foi muito intenso o tiroteio entre as forças envolvidas. Dada a fragilidade das construções (casebres e cafuas), certamente a destruição foi de grandes proporções.

A barroca é uma profunda e longa caverna a céu aberto. Fica à retaguarda das cafuas, denominadas também da Barroca. Sabia-o perfeitamente, e por sua ordem se organizaram as trincheiras com aquela frente, durante exercícios de organização do terreno (VALLADARES, 1931, p. 45).

O bairro era uma síntese das políticas econômicas e sociais do país, pois se constituía de várias cafuas que formavam uma das maiores favelas de cidade, com o agravante – aos

² <http://portalpbh.pbh.gov.br>

olhos das classes de melhor poder aquisitivo – de que essas moradias se encontravam na seção urbana da cidade (Figura 4), com isso alterando a concepção urbanística planejada para Belo Horizonte.

Nos idos dos anos 20, a Barroca não era localizada na área atual e, sim, em outro lugar, onde está o Bairro de Lourdes, isto é: ia da Praça Raul Soares até o antigo Estádio do Atlético. Naquela época a Barroca era uma favela de péssima reputação, habitada por marginais que viviam em barracos e cortiços. O nome era, então, sinônimo de desordem para muita gente (LIMA, 1995, p. 85).

Na citação acima observamos claramente a compreensão que se tinha e se tem de uma favela e a marginalização social de quem vive em favela. Morar em barracos e cortiços se configura em marginalidade. Por outro lado, os problemas sociais dessa natureza quase sempre são tratados pelo poder público no sentido de atender aos interesses daqueles de melhor poder aquisitivo.

Nota-se que os problemas de moradia e invasão de terras remontam às primeiras décadas da construção de Belo Horizonte, demonstrando que o projeto de Aarão Reis em relação aos espaços definidos para habitação em pouco tempo já não correspondiam à realidade.

Assim, já nos anos 20, a prefeitura de Belo Horizonte, em conjunto com o governo do Estado, como solução para o problema, desenvolvia ações visando à remoção das famílias da favela para os bairros Concórdia e São José. E, para ajudar na remoção das famílias, após a demolição, oferecia o transporte dos pertences num pequeno caminhão.

O II Congresso Eucarístico Nacional foi um marco definidor para a completa demolição das moradias e remoção da maioria dos habitantes dessa região, o encontro também resultou na construção definitiva da Praça Raul Soares, embora seu traçado já constasse da Planta Geral de Belo Horizonte desde 1928-1930 (Imagem 04), e muitas intervenções em sua região. O congresso eucarístico aconteceu em setembro de 1936 e foi considerado o maior evento religioso da década no Estado. Tinha como finalidade mobilizar as massas populares e ao mesmo tempo significava mais uma das muitas tentativas da igreja católica de recuperar o prestígio perdido na primeira república perante o governo Vargas.

Essas significativas intervenções na região possibilitaram que em 1941, já na administração de Juscelino Kubitscheck, fosse construída a continuação da Avenida Amazonas em direção a Contagem, passando exatamente sobre a região da antiga Barroca e destruindo todos os sinais de sua existência, tanto das residências quanto da citada “caverna a céu aberto” (VALLADARES, 1931, p. 45). De acordo com o mapa da Prefeitura, ela se localizava na região próxima à depressão junto ao cruzamento da Avenida Barbacena (antiga Av. Itacolomy) e ruas Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, Ouro Preto e Paracatu com a Avenida Amazonas.

Apresentamos a seguir o mapa atual da região que nos dá uma dimensão exata das transformações realizadas ocorridas a partir da administração de Juscelino Kubitscheck:

somente por animais. O Calafate se constituía na região de maior povoamento nos anos iniciais da capital. A Estrada de Ferro Oeste de Minas passava no bairro em direção à cidade de Betim, e posteriormente foi construída uma via ligando o centro de Belo Horizonte ao Barreiro, o que impulsionou o desenvolvimento do Calafate e do Carlos Prates. O bairro era também palco de freqüentes desavenças entre militares da Força do Estado e os militares do 12º RI e, em função da existência dos inúmeros bares, “casas de encontros” e o alto consumo de álcool, a presença da polícia era constantes na repressão da “desordem”. Devido à proximidade do bairro com o Quartel do 12º RI, eram frequentes as reclamações dos moradores pelas invasões de militares aos quintais e casas com as manobras e treinamentos daquela corporação. Reproduzimos abaixo, matéria veiculada no jornal Estado de Minas da série “Episódios da Revolução na Capital”, que retrata uma cena do cotidiano do bairro, com a vitória revolucionária consolidada na capital, e que nos faz refletir sobre a idéia de silêncio do povo sobre as questões políticas do país.

Um operario espancado por dois cavallarianos no Calafate

Estiveram hontem, cerca de 11,30 da noite em nossa redacção os srs. José do Valle, José Marques, José Bernadino, Mariano Lima, Geraldo de Andrade, José Antonio, Affonso Vieira, Aldo Villaça e outros, todos moradores no Calafate que nos vieram trazer o srs. Pedro Ramos, operario, empregado do srs. José Dantas para que elle nos contasse o espancamento de que foi vítima e que todos os seus companheiros presenciaram.

ENTHUSIASMO PELA CAUSA LIBERAL

José Ramos que estava com ataduras na cabeça e no braço esquerdo e a camisa bastante manchada de sangue, contou-nos que, alegre com a vitoria da Revolução tem bebido estes dias não de embriagar mas para dar maior expansão à sua alegria revolucionaria.

Hontem estava bebendo em um botequim do Calafate quando passaram a cavallo os soldados Antonio Monteiro e Geraldo Amaro dos Santos, do 2º Esquadrão de Cavallario que estava fazendo a patrulha.

Convidou-os a beber com elle. Um dos soldados bebeu e tornou a montar o Cavallo. Já montado ouviu um “Viva a Aliança!” dado por José Ramos, advertido a este que não podia gritar. José Ramos respondeu que bebia e dava “vivas” e de alegria e “dava mesmo”.

Foi bastante para receber ordem de prisão. Achando-a injusta, não quis acompanhar os soldados. Estes, porém, mesmo a Cavallo deram-lhe de espada até que elle cahiu ao chão. Um dos cavallarianos desceu então e continuou a espancar o operário, até que os circumstantes protestaram.

Montando os cavallos, os soldados não mais quizeram levar preso a José Ramos. Não lhes convinha, pois este estava bastante machucado,

tanto que foi preciso apoiar o braço esquerdo em um lenço amarrado ao pescoço.

As testemunhas do facto levaram, porém, o ferido à delegacia do 3º districto onde foram presos os dois “valientes” e encaminhado o ferido e as testemunhas para a delegacia de Segurança Pessoal onde foi lavrado auto de corpo delicto.

Medicado no Prompto Socorro José Ramos fez questão de vir ao ESTADO DE MINAS contar sua historia e dizer que “há cerca de um anno não havia patrulha no Calafate, tambem não se verificando nenhuma anormalidade à noite.

Agora, tem oito dias que voltou a patrulha e já não sou o primeiro a sofrer injustiça”.

- Pode dizer no ESTADO DE MINAS – concluiu ao despedir-se José Ramos – que mesmo machucado como estou ainda vou beber mais.

Hoje não, mas amanhã, vou beber pela victoria da Aliança Liberal!”³

³ Estado de Minas, 22 out. 1930. p. 1.

6. O CERCO AO 12º REGIMENTO DE INFANTARIA

Em Minas e em especial na capital, Belo Horizonte, os revolucionários utilizaram como tática, assim como nos Estados aliados, a ocupação das instituições federais e principalmente dos quartéis do Exército, em razão do papel dessa instituição na defesa da ordem estabelecida, conforme a Constituição Federal.

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.⁴

Desse modo, sufocar o Exército em sua própria caserna parecia a decisão mais acertada a ser adotada pelos revolucionários. De fato, os revolucionários de modo geral obtiveram êxito pela decisão tomada, havendo durante o enfrentamento uma maior resistência de algumas unidades federais, com a posterior integração desses militares às forças estaduais, para posterior marcha em direção à capital federal e consequente derrubada do governo de Washington Luiz.

Com base nesse entendimento, o Presidente do Estado, Olegário Maciel, visando ao esvaziamento do comando do Quartel do 12º, empregou como tática a prisão de grande parte dos oficiais e do comandante dessa unidade militar (ESTADO DE MINAS, 1930).

A Prisão do Comandante do 12º Regimento

O primeiro episódio que positivou o novo estado de coisas foi a prisão do comandante do 12º Regimento, coronel Joaquim José Andrade, que se deu minutos antes das dezessete horas.

Uma turma de investigadores saiu da Secretaria de Segurança, dirigindo-se para a casa do cel. Andrade.

Ali chegando, os investigadores pediram ao comandante do 12º o seu comparecimento imediato à Secretaria de Segurança, ao que ele se recusou, dizendo que só se deixaria acompanhar por uma alta autoridade estadual.

A vista disso, compareceram à sua residência o Sr. Arthur Furtado, diretor da Secretaria do Interior e o capitão José Vergas, assistente militar do titular daquela pasta, com um cartão do Sr. Christiano Machado, convidando-o a ir conversar com sua excelência.

Só assim o cel. Andrade se dispôs a atender.

Na Secretaria do Interior o Sr. Christiano Machado leu ao coronel Andrade uma carta que acabava de lhe escrever, convidando-o a considerar prisioneiro.

Depois, fez um apelo ao comandante do 12º, fazendo-lhe ver a situação do Brasil sob o despotismo do Sr. Washington Luiz.

⁴ C F, 1891, Título I da Organização Federal – Disposições Preliminares.

Enalteceu a necessidade de uma reação enérgica, comunicando-lhe a disposição com que Minas, acudindo ao apelo do Rio Grande, se propunha a bater-se por uma revolução regeneradora dos costumes nacionais.⁵

Acreditava o governo do Estado que a prisão do alto comando do 12º Regimento de Infantaria no final de semana, quando a grande maioria do efetivo do quartel se encontrava dispensada de suas atividades, fosse um elemento chave para a imediata rendição do regimento, evitando o confronto entre a força do Estado e o 12º RI.

Existia uma importante relação de alinhamento entre as instituições dos governos estadual e federal, fruto dos benefícios da política dos governadores (política do café com leite), rompida nesse momento. A relação entre o comando do quartel do 12º RI e as demais instituições federais eram de um bom diálogo e até mesmo havia uma boa relação pessoal entre aqueles que comandavam essas instituições. Como podemos constatar em relato de Valladares:

Como prólogo destas ligeiras notas, escritas para gravar com clareza alguns fatos cabe-me dizer que falarei da resistência do meu inesquecível 12º Regimento, no que diz respeito ao que vi, percebi e também ao que fiz, no ambiente representativo das minhas responsabilidades de oficial, possuidor ainda de relações sociais com vários próceres da Revolução.

Amigo e admirador sincero do Dr. Olegário Dias Maciel, pelo conhecimento de sua exemplar vida pública e particular, havia eu comunicado ao então candidato à presidência de Minas Gerais que cumpriria com o meu dever para com o Regimento, incapaz como era de qualquer deslealdade para com a casa onde vivia (VALLADARES, 1930, p. 45).

Entretanto, as informações no interior da caserna davam conta de que não havia qualquer preocupação com o desenrolar dos problemas políticos do país na véspera do ataque ao quartel. O elemento surpresa foi mais uma tática utilizada pelo governador Olegário Maciel, de acordo com Valladares:

O ambiente da caserna era de completa tranquilidade, constituído uma verdadeira surpresa o movimento revolucionário que se iniciou na tarde de 3 de outubro de 1930.

Confiava-se no espírito pacifista do Presidente Olegário Maciel e na isenção de animo revolucionário em todos seus auxiliares de governo (VALLADARES, 1930, p. 48).

O sentimento militar para o momento político era quase sempre de tranquilidade e de confiança no presidente Olegário Maciel,

Estávamos, por isso, sempre estranhos ao que se passava nos bastidores da política. Havia já dois anos que levávamos, sob o comando do tenente coronel José Joaquim de Andrade, essa rotina.

⁵ Estado de Minas, outubro de 1930, p. 1.

Estivemos quase um ano de prontidão: de setembro de 1929 a setembro de 1930 (VALLADARES, 1930, p. 49).

O aparente clima de tranquilidade foi quebrado pela ocupação de repartições públicas federais no centro da cidade e com a prisão do comandante do 12º RI em sua residência à Rua da Bahia, o que foi comunicado imediatamente ao Ministério da Guerra. Recebendo em seguida a seguinte resposta (Livro de Registro Histórico do 12º RI):

que havia recebido dois rádios do comandante da brigada nos quais mencionava a prisão de mais oficiais do 12º RI e que em sequência, assumiria o major Campos o comandante da 8ª Brigada de Infantaria, estando cercado o quartel do 12º RI pela polícia. Que o movimento revolucionário era limitado a Belo Horizonte, tratando-se de mera questão estadual, estando o governo federal senhor de toda a situação com condições para sufocar qualquer movimento, reinando calma no país, e tenha certeza de que o 12º RI cumpriria com o seu dever. E que dentro de poucas horas estaria em Belo Horizonte um forte destacamento das três armas sob o comando do general Tourinho.⁶

A resposta do Ministério da Guerra é determinante para o cumprimento da Constituição. Preso na Secretaria do Interior, o comandante do 12º RI, José Joaquim de Andrade, manda aos seus subordinados o seguinte comunicado: “Aos que se encontram dentro do quartel, que resolvam como melhor lhes parecer, de modo refletindo aos ditames e do dever naquele momento”.⁷ Ao telefone, com o major Pedro Leonardo Campos, que se encontrava no quartel, perguntou sobre a decisão tomada e ele respondeu: “Salvar a honra do Exército, resistindo até o último cartucho”.⁸ Assim sendo, estava tomada a decisão de enfrentar a Força Pública. Com a decisão tomada pelos militares do 12º e com o fim das comunicações com a capital federal, restou como estímulo a expectativa de que o tal forte destacamento das três armas chegaria a qualquer instante.

Essas informações foram prestadas talvez com a finalidade de manter a tropa com a confiança que a qualquer momento chegaria reforço militar ao Regimento e ao mesmo tempo o Palácio do Catete ficaria numa posição relativamente confortável perante aos militares do 12º RI. Esta era mais uma tentativa desesperada do governo de Washington Luiz de demonstrar aos militares que tinha verdadeiramente o controle da situação. Ao mesmo tempo revela uma grande contradição e falta de controle hierárquico no interior do Palácio do Catete entre a cúpula do governo e o comando do ministério do Exército sobre as operações militares.

O governo mineiro fora demonstrando paulatinamente através suas ações sua posição no processo revolucionário, embora houvesse certa dúvida por parte da oficialidade aquartelada informada de que se tratava de uma situação restrita à capital mineira.

⁶ Livro de Registro Histórico do Quartel do 12º Regimento de Infantaria, 1930, p. 62.

⁷ Idem, p. 61.

⁸ Idem, p. 61.

6.1 Do início do ataque ao final das hostilidades ao Quartel do 12º RI

A princípio, não nos parece clara a intenção de um ataque direto ao quartel. A opção foi minar a estrutura de funcionamento, retardando com isso o combate com a utilização de armas de fogo, e ao mesmo tempo propiciando a rendição dos sitiados logo de início.

Em matéria veiculada no *Minas Gerais*, jornal oficial do governo do Estado de Minas Gerais, o governo do Estado faz um apelo aos militares do Exército no sentido de convocá-los para aderir ao movimento revolucionário, apelo esse feito em todo o Brasil. Transcrevemos abaixo a matéria do jornal em questão:

Aos Soldados do Exército

A nação levanta-se hoje em peso contra os desmandos do Presidente da República para restabelecer a normalidade constitucional do país.

Os soldados são cidadãos armados e não escravos dos déspotas!

Não volvereis as vossas armas contra o povo!

Não derramais o vosso sangue ingloriamente pelo déspota do Catete.

Segue o exemplo dos vossos camaradas do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Pará, que colocaram ao lado do povo brasileiro.

A revolução que conta com o apoio do povo e do exército sob a direção dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, surge vitoriosa!

Viva a República!

Viva o Exército!

Viva a Nação!⁹

A matéria apresentada traz em seu discurso um teatral jogo de palavras com a finalidade explícita de criar um clima de comoção nos militares do Exército brasileiro, evitando a todo custo o enfrentamento. A publicação do referido jornal datado do dia 4 de outubro de 1930 coloca como decisão tomada por todos os militares do Brasil estar ao lado da causa revolucionária. Na realidade, no dia 04, nos Estados onde houve confronto, as forças armadas federais estavam longe de qualquer decisão de se aliar à causa revolucionária, inclusive no interior de Minas.

O quartel era composto por uma tropa de cerca de 300 militares, divididos em quatro companhias, que atuavam na frente, retaguarda, flanco direito e flanco esquerdo, da

⁹ Minas Gerais. Belo Horizonte, 04 out. 1930. p. 2.

parte interna do quartel, como vista para a frente, e alguns praças destinados aos serviços auxiliares. A topografia do quartel lhe confiava uma condição privilegiada. Então se montou o plano estratégico da seguinte forma: a frente e a retaguarda, por serem descampadas, dificultavam a penetração do inimigo e favoreciam a defesa. Com isso essas regiões não despertaram grandes preocupações por parte dos militares. A frente, guarnecida por metralhadoras apoiadas no alto das janelas dos pavilhões, propiciava uma ótima posição de tiro. Na retaguarda, a região também era descampada, e ainda contava com a proteção da penitenciária estadual, que ajudava na proteção do setor, além de oferecer num dado momento mão de obra para auxiliar nos trabalhos de apoio ao quartel. Os flancos direito e esquerdo exigiram uma atenção redobrada, pois eram os setores mais vulneráveis ao ataque inimigo, sendo necessário o emprego de um número significativo de metralhadoras somadas à construção de várias trincheiras, formando uma barreira de proteção para o setor, havendo munição para um longo período de resistência. Esse plano de combate foi meticulosamente arquitetado durante todo o ano anterior ao confronto, para defesa do quartel.

Assim, foram tomadas as seguintes medidas (Livro de Registro do 12º RI, p. 39.):

Por volta das vinte e duas horas do dia três, foi interceptada a energia elétrica, cessaram assim as comunicações do regimento com o resto do mundo e ficando as escuras não somente o quartel, como os bairros próximos da Floresta, Bonfim, Carlos Prates, Calafate, Barro Preto e Barroca. Desde então até o dia da rendição tiveram os diversos comandantes de servir-se de velas e lamparinas improvisadas, para a redação ou leitura, à noite, de ordem ou comunicações, assim como os postos de remanejamento para o enchimento dos carregadores de armas automáticas e reparação do armamento.¹⁰

As medidas tomadas pelo governo estadual de prender o comandante do quartel, cortar a energia elétrica e envenenar a água foram entendidas como um começo das hostilidades, e por esta razão os militares do 12 ganharam força para reagir, embora tenham permanecido aquartelados. Ao longo do processo gradativo de hostilidades, ganharam tempo suficiente para se organizar internamente para o combate.

A posição tirada no interior da caserna foi de cumprimento com o dever de defender o quartel, conforme determinação do rádio do Ministério da Guerra, contrariando nesse momento o acordo assinado entre o Secretário do Interior, Christiano Machado e o comandante do quartel do 12º Regimento de Infantaria, Joaquim José de Andrade, de rendição, sugerida pelo comandante, sem que houvesse oferecimento de resistência.

Porém, diante da pressão psicológica após o encerramento das conversações entre o comandante e os oficiais presos na Secretaria do Interior, a decisão dos oficiais aquartelados de somente revidar se fossem atacados tornou-se inviável frente às hostilidades, com o corte de energia elétrica, envenenamento da água e ocupação das

¹⁰ Livro de Registro Histórico do Quartel do 12 RI, 1930, p. 52.

repartições federais pela Força Pública estadual. Tudo isso constituiu o estopim para o estouro do confronto.

Então, nas primeiras horas da madrugada do dia 04 de outubro de 1930, iniciou-se o tiroteio. A partir das sete horas, ganhou maior acirramento. Agora o confronto era real, não havia mais qualquer comunicação entre as partes envolvidas. Assim, até o dia 08 do mesmo mês, a cidade de Belo Horizonte viveu em função do cerco ao quartel do Exército, com o fechamento de diversos serviços, como escolas, cinemas, transportes etc. Também os hospitais, farmácias e serviços de abastecimento foram mobilizados para as questões ligadas ao confronto.

O clima era de muito pânico e receio das balas que cruzavam o céu de Belo Horizonte. Nos hospitais Militar e Santa Casa de Misericórdia, do início ao fim do tiroteio, era sempre crescente o número de mortos e feridos que davam entrada.

Pedro Nava descreve o clima predominante na cidade em suas memórias, obviamente dentro de seu estilo eloquente.

...aquela fúria de metralhadoras sacudindo e ponteando os céus e os ares de Minas Gerais. Aquela quieta e densa atmosfera, aquele tão fino éter e leve que um e outro aderiam às coisas – à superfície da terra, às pontas das montanhas e das torres das igrejas, aos perfis dos profetas, às cruzes de adro, de Passos, de tocaias – guardando cada instante de seus negativos, como fino bronze, como sensível cera ou sutilíssimo eco – já não tinha mais aquela densidade, aquele peso, aquela inércia, aquela paz. *Aere perennius* já não era mais tampouco, captante molde. Como se fora de vidro ela estilhaçara-se em milhares de cacos e de pontas naquele 4 de outubro de 1930 – quando às cinco e trinta e seis minutos o ar se estraçalhara todo riscado pelos milhares de milhares de trajetórias do projéteis que a precisão das pontarias ou o acaso poderiam fazer coincidir a um corpo humano, ao ponto vital de um corpo humano cérebro coração nerv’essencial vaso de repente estourado... Caminhando da maternidade para a portaria da Santa Casa, naquele rumor de descargas alteando descendo fugindo chegando se subentrando como inevitável de fuga musical [...] (NAVA, 2004, p. 5).

Na caserna, à medida que o confronto se prolongava, tornavam-se cada vez mais desesperadoras as condições da tropa. A situação marchava para o inexorável. Os soldados encontravam exaustos, com sono e sede, pois a água estava contaminada desde o início das hostilidades, e não havia condições de revezamento nos postos de combate, em razão do reduzido número do efetivo.

As condições sanitárias eram mais um problema a ser superado, tendo em vista o mau cheiro dos animais mortos e apodrecidos. Os corpos dos militares mortos em combate também se avolumavam, sendo necessário que fossem enterrados no interior do quartel.

No caso dos enterros de corpos em locais não apropriados em função da revolução, nos parece que foi uma prática muito comum na época, não só no interior do quartel (por razões óbvias), mas também nas suas proximidades. É o caso de nosso avô, João Severino Maia, que, não sendo militar, foi atingido por uma bala de fuzil dentro de casa, sendo depois enterrado em local desconhecido, pois seu corpo já estava sendo devorado por urubus. Abaixo transcrevemos relato de um instante de trégua entre o militares, localizado na obra do comandante Freire:

DURANTE A TRÉGUA

Com a cessação do fogo, os urubus, livres de hostilidades, passaram a grasnar e a repastar-se, para o lado da Barroca. Da 2ª companhia foi vista uma nuvem deles a se cevarem vorazmente num cadáver humano, não sendo possível reconhecer nem evitar o sacrílego banquete, entre a proibição de agir pelo fogo.

Alguns oficiais e praças foram prestar uma última homenagem ao destemido tenente Ruy, passando alguns minutos silenciosos e contritos junto ao seu corpo inanimado, na contemplação de sua fisionomia serena e sorridente (FREIRE, 2013, p. 195).

O médico e escritor modernista mineiro, Pedro Nava também faz menção em sua obra citada quanto a um suposto tratamento dado aos mortos da Santa Casa:

Na Santa Casa o Teixeira entrou para um cafezinho. Foi ser tomado no serviço do Borges, numa sala do ambulatório que dava janelas para os fundos do hospital. Lá ele farejou alguma coisa no ar, disse que sentia a podre por ali. Teve logo resposta do Júlio.

- É nosso necrotério que está abarrotado há a suas boas quarenta e oito horas e está começando esta fedentina. E não consegue remoção de nenhum corpo.

Você pode dar um jeito nisso? Teixeira.

- Assim que eu voltar para a secretaria providencio. Vocês terão a solução agora mesmo. Telefone logo o resultado das démarches que vou fazer...

Mal se deitou o Egon foi acordado por um chamado do Júlio Soares.

- Meu caro Egon, estou acabando de receber a resposta do Teixeira. Não podem dispor dum só veículo capaz de transportar essa defuntada do necrotério. A ordem é mandar enterrar todos nos fundos da Santa Casa, apenas tendo a cautela de tirar de cada as impressões digitais. Eu conto com você para esse serviço – porque conheço seu cuidado e seu escrúpulo de fazer bem feito tudo de que se encarrega. E é começar agora porque vou mandar abrir uma vala atrás entre o pavilhão do Koch e o necrotério, assim que amanhecer o dia (NAVA, 2004, p. 23).

Evidentemente, a citação é resultado do estilo literário do autor, mas dá a dimensão das preocupações de um médico no exercício de suas funções sobrecarregado no atendimento de uma quantidade de pacientes fora do quadro normal. Evidencia também suas preocupações políticas acerca da revolução em sua obra. No final do caso, segundo o autor, após serem recolhidas todas as digitais dos mortos, foi providenciado o transporte para o cemitério e evitado o enterro indevido nos fundos da Santa Casa.

Com o passar do tempo, agravam-se os problemas dentro do quartel. Os combates continuavam intermitentes, como de costume, mas sem a mesma intensidade inicial, no entanto as circunstâncias pessoais passavam a exercer enorme pressão sobre as cabeças de comandantes e comandados a cada momento.

Diante do quadro, mesmo tendo boa preparação em comparação com os soldados da Força Pública, o que foi demonstrado durante os seis dias de combate em condições extremamente desfavoráveis sob todos os aspectos, os militares iniciaram internamente discussões para a rendição.

O pedido de armistício deu-se em função do quadro descrito por nós anteriormente. Então, o comandante do Regimento, com a permissão da Brigada, encaminhou ofício aos revolucionários relatando a situação em que se encontrava o Regimento. Ao mesmo tempo, em nome da Cruz Vermelha, solicitava a retirada dos feridos e dos mortos, tanto na parte interna quanto na externa do quartel, de ambos os lados em combate, salientando também a existência de uma criança gravemente ferida entre os civis no interior do Regimento. Esclarecia que as hostilidades só se reiniciariam depois que o pedido em questão fosse atendido. O músico Salathiel José do Carmo, do serviço de padioleiros, foi o encarregado de levar o ofício ao coronel da Força Pública, Aristarco Pessoa.

De volta, Salathiel trouxe a resposta ao pedido de armistício, após conversa com o coronel Pessoa. Em resposta, Pessoa exalta a resistência heroica dos militares do 12º RI, faz menção às promessas feitas pelo Ministério da Guerra de envio de reforço da tropa e cobra a imediata rendição, ponderando sobre as condições em que se encontrava o Regimento, não restando alternativa que não entregar as armas.

Ao pedido de humanidade feito pelo 12º RI, o coronel Pessoa rebate dizendo (Livro do 12º RI):

Dever de humanidade é poupar a população livre e feliz como a de Belo Horizonte que tem sofrido cruelmente as conseqüências de vossa obstinação. Nossos hospitais já abrigam crianças feridas, varias crianças e mulheres mortas por vossas balas, já se acham enterradas.¹¹

Aristarco Pessoa, também, em sua resposta, descreve o quadro do sul ao norte do país sobre os resultados da revolução. Que os militares do Regimento já haviam cumprido com o dever e que o governo federal de maneira prepotente os abandonara à própria

¹¹ Livro de Registro Histórico do 12º Regimento de Infantaria, 1931, p. 80.

sorte. E, nesses termos, dava todas as garantias para uma honrosa rendição; caso contrário, haveria o enérgico emprego de violência.

Diante da situação imposta pelo comandante da Força Pública, os oficiais se reuniram sob a presidência do major Pedro Leonardo de Campos, que determinou a leitura da mensagem ao capitão Celso de Mello Resende. Ao final da leitura, foram iniciadas as discussões e em seguida foi feita a votação, com resultado favorável à rendição sob as condições oferecidas pelo coronel Pessoa.

Assim, após a entrega de ofício ao comando da Força Pública pelo capitão Mello Resende, o quartel do 12º foi tomado, e os oficiais superiores foram encaminhados para a Secretaria do Interior, somando-se aos que já se encontravam presos desde antes mesmo do início do confronto. O restante da oficialidade foi levado para o 1º Batalhão da Força Pública, mas todos levados em automóveis. Os soldados foram conduzidos em marcha para o quartel do 5º Batalhão, no bairro Santa Tereza, observados por uma multidão de populares durante todo o trajeto.

Com a rendição e o fim das hostilidades, o quartel do 12º Regimento de Infantaria foi invadido pelo comando da Força Pública, e em seguida pela cúpula do Governo do Estado e por populares. A visitação se prolongou por vários dias, até que o quartel voltasse à normalidade.

Num balanço final dos mortos e feridos no confronto entre as duas forças, só é possível ser relativamente preciso em relação aos militares no interior do quartel do 12º, onde se registraram aproximadamente 17 mortos e um número indefinido de feridos, havendo civis entre eles, com uma morte após atendimento hospitalar. Da parte da Força Pública não obtivemos fontes seguras de informações que nos dessem números conclusivos. E, por parte dos civis, o quadro é ainda mais problemático; a morte de nosso avô ilustra bem essa questão.

7. DONA LUISA E A CONSTRUÇÃO DA ORALIDADE

As conversas com a Dona Luisa ao longo de muitos anos constituem uma espécie de matriz geradora para a construção deste nosso trabalho. Elas vão além da questão central que culminou com a morte de nosso avô durante o confronto entre a Força Pública do Estado e as Forças Federais, pois nos permitem transitar pela história de Belo Horizonte em seus aspectos políticos, sociais e econômicos. São esses depoimentos que acalentaram e ao mesmo tempo nos estimularam para a produção deste trabalho de monografia, que julgamos ser uma referência importante para a família de nossa mãe. Essas conversas, como já falamos, formaram de certa maneira uma espécie de memória oral da família e daqueles que participaram de perto do cotidiano de Dona Luisa.

Dona Luisa é a forma de tratamento que utilizaremos em nosso trabalho, como reconhecimento da luta quase sempre solitária de uma mulher viúva com dois filhos, que teve de buscar a superação dos traumas dos seis dias violentos do confronto entre a força militar do Estado e os militares do Exército brasileiro e principalmente da violência da morte de seu companheiro, e mesmo assim tocou a vida com resignação e dignidade em condições sociais bastante adversas. Com toda a luta, conseguiu, através do seu trabalho de lavadeira e passadeira de roupas, sobreviver e criar seus dois filhos. Dona Luisa tinha uma boa compreensão dos acontecimentos do período, pois ela tinha formação escolar completa, sendo assim capaz de ler e entender a história de sua vida.

Avaliamos que, depois da morte de seu marido, ela adotou o silêncio, posição muito comum naquele tempo em razão da pressão e do controle do Estado interventor de Vargas. Na sua condição social, diante do clima de euforia e exortação da “vitória revolucionária e libertadora do povo brasileiro”, não lhe foi permitido muito espaço nem mesmo para reclamar junto ao poder público pelo corpo de seu marido.

Dona Luisa era filha de Firmino Paulo de Menezes e Emília Pereira dos Anjos, nasceu em Pedro Leopoldo, em 26 de janeiro de 1902 e faleceu no dia 24 de agosto de 1986, vítima de um quadro infeccioso, adquirido durante suas frequentes internações para acompanhamento de uma aterosclerose, que se prolongou por mais de seis anos. Durante as crises de esclerose amiotrófica, ela falava, às vezes por todo o dia, do sofrimento e angústia durante todos os dias do ataque ao Quartel do 12º RI.

Dona Luisa de Menezes veio para Belo Horizonte trazida pela família, embalados pelo sonho de melhores condições de vida e emprego. Afinal, a jovem capital mineira desde o início de sua construção provocou uma grande corrida de pessoas movidas pelo desejo de encontrar na cidade boas condições de vida.

Embora não tenhamos feito nenhum registro formal com a Dona Luisa, procuraremos relatar como referencial um pouco do que ficou em nossa memória nas constantes conversas e afirmações feitas durante muitos anos de convivência na infância e juventude, valendo-nos como fonte para esta pesquisa. Então, aqui, nossas lembranças do que ouvimos, a voz de Dona Luisa:

Nós, moradores da Barroquinha, fomos afetados diretamente pelos tiros e pela fumaça da Revolução de 1930. Foi lá que o avô de vocês morreu com um tiro de fuzil na cabeça. Estávamos dentro de casa nos protegendo das balas das metralhadoras e dos fuzis, quando, logo no começo da revolução, sob um intenso tiroteio no começo da noite, o João foi atingido. Ele estava com o Oscar (filho do casal, com um ano de idade) se protegendo do tiroteio debaixo de uma mesa forte de madeira. Oscar chorou durante toda a madrugada e não tínhamos muito que fazer, pois estava muito escuro, era noite, e tive que esperar o dia clarear para tomar providencias. E, assim que clareou o dia é que puder ver que meu marido estava morto com o menino nos braços todo ensanguentado e, por muita sorte, não foi também atingido pela bala.

A casa era bastante frágil para suportar o tiroteio, e os únicos lugares da casa que podiam resistir eram o espaço debaixo do fogão a lenha de alvenaria e a mesa grande de madeira maciça. Assim, eu fiquei debaixo do fogão me protegendo durante todo o tempo, sem saber que estava grávida de menos de um mês de Olga [filha do casal, nossa mãe]. Quando o dia já estava claro é que foi possível retirar o menino dos braços dele, morto. Fiquei desesperada, sem ter o que fazer, pois eram balas para todos os lugares da casa. No dia seguinte, mais para o período da tarde, quando houve uma pequena trégua, é que percebi uma pequena movimentação bem próximo da casa. Chamei para que alguém pudesse me atender, e logo apareceram dois militares que retiraram o corpo de meu marido para fora da casa, com a recomendação para que saíssemos de casa logo que houvesse uma trégua maior. Como naquele momento não tínhamos pra onde ir, permaneci escondida no mesmo local.

Quando foi no segundo dia da retirada do corpo de meu marido de dentro de casa, o mau cheiro estava insuportável e os urubus já estavam pousando no cadáver. Então, os militares que sempre passavam pelas proximidades da casa providenciaram o enterro do João bem perto de nossa casa, segundo informações prestadas por eles.

Sobre o enterro do corpo de meu marido, fui informada verbalmente, não tendo, portanto, nenhum documento feito oficialmente pelos militares do óbito e nem mesmo da localização do corpo.

Somente com o fim das hostilidades encerraram também os estrondos infernais dos tiros. Assim, pudemos sair de nossas casas para dar jeito na vida. Afinal, era preciso arrumar o barracão, pois a maioria das telhas estava quebrada pelas balas do tiroteio, as paredes perfuradas, e era preciso reconstruir o barracão por completo. E tudo isso tinha que ser feito com uma criança de colo e a certeza da gravidez de outra. Isso foi feito com a ajuda dos vizinhos cujas casas ficaram menos danificadas.

Durante muito tempo sentíamos o cheiro dos mortos e da fumaça, que permaneceram em nossos corpos e na região por muito tempo. Ficou muito difícil continuar morando naquela região. O medo era muito grande de que tudo aquilo voltasse a acontecer. A presença da polícia e do pessoal da prefeitura era constante, pressionando a gente o tempo todo para sair. Assim, a única alternativa que nos restou foi sair da Barroca para a Vila Concórdia.

7.1. Entrevista com o Sr. Luis Rafael

Com a intenção de realçar um pouco mais as memórias por nós relatadas, localizamos na família o Sr. Luis Rafael, filho de Luis Policarpo de Menezes, irmão gêmeo de Dona Luisa. Hoje com 87 anos de idade, à época da Revolução tinha três anos, mas guarda ainda algumas informações passadas pelo seu pai, Luis, e também, apesar da pouca idade, lembra do pavor provocado pelos dias do confronto.

Entendemos que a entrevista ao Sr. Luiz Rafael reforça nossa responsabilidade em dar voz e legitimidade a este trabalho. Nesse aspecto, reafirmamos o pensamento do historiador Alessandro Portelli:

...a entrevista é um experimento de igualdade, é um momento utópico – momento utópico em que tratamos de imaginar como poderia ser o mundo se o camponês pobre e o professor catedrático fossem política e socialmente iguais. É um momento utópico e também um momento crítico, porque se reconhece a injustiça social que tratamos de iluminar, de criticar e de destruir. Logo, não há técnicas de entrevista, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada, como dizia Ernesto De Martino. O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque, quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e começamos a escrever nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E, nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. Pois a relação entre o entrevistador e o entrevistado não se acaba ao desligar o gravador ou a câmera de vídeo; ela continua, continua na responsabilidade que nos confiam no momento em que nos dão de presente ou nos emprestam essas palavras, esses contos que não nos pertencem; que, como dizia Woody

Guthrie, um cantor popular e poeta proletário norte-americano, não são nossa propriedade privada.¹²

Assim, registramos aqui trechos de nossa conversa realizada no dia 07 de fevereiro de 2014:

Jonas: Do que o Sr. se lembra da Revolução?

Luis Rafael: “Eu era muito novo naquela época, tinha apenas três anos, e me lembro do meu tio me carregando nas costas para fugirmos dos tiros que estavam chegando no Bairro Concórdia passando pelo Colégio Batista. Assim fugimos para o bairro São Paulo, onde hoje tem o Minas Shopping. Lá também era passagem de tropeiros”

Jonas: As balas chegavam no bairro Concórdia?

Luis Rafael: “Não dava para saber, mas ao termos informações de que alguns tiros estavam chegando ao Bairro Colégio Batista, ficamos todos apavorados. E, por questão segurança, resolvemos sair de nossas casas.”

Jonas: Então, em 1930, o Luis, irmão da Dona Luisa já havia mudado do bairro Barroca para a Vila Concórdia?

Luis Rafael: “Sim, em 1930 nós já estávamos morando na Vila Concórdia. É que em 1929 papai recebeu da prefeitura o lote onde foi construída a nossa casa. Naquele ano muita gente teve que sair da Barroca e ir para a Concórdia. A sua avó, depois da Revolução, ainda ficou na Barroca por um bom tempo. Então papai juntamente com os irmãos conseguiram na prefeitura um lote na Concórdia e passaram para a Luisa sair da Barroca.

Jonas: O senhor saberia precisar onde vocês moravam?

Luis Rafael: “Era mais ou menos atrás daquela igreja Batista da Praça Raul Soares.” [A conversa foi cortada pela esposa do Sr. Luis dizendo o seguinte: “Você falava que tinha nascido no bairro de Lourdes. Mas na verdade era na favela da Barroca.”] Luis: “Depois que a gente saiu de lá é que melhorou muito.”

“Depois de tanto tempo fica muito difícil lembrar onde cada um da família morava. Acho que Luisa morava nas proximidades do quartel.”

Jonas: O senhor sabia da morte do marido da nossa avó?

Luis Rafael: “Desde muito pequeno eu ouvia papai contando sobre a morte do marido de Luisa. Nós éramos meninos e não podíamos nos envolver nas conversas de gente adulta, então ficamos sabendo que ele sofreu muito e os irmãos tiveram que ajudá-la a superar um pouco das dificuldades.

¹² Portelli, Alessandro. História Oral e Poder. Mnemosine. Vol.6, nº2, p. 2-13. 2010.

Naquele tempo a gente não tinha muito o que fazer. Assim, nossos pais se sentavam nos bancos na porta de casa para conversar no período da tarde até o anoitecer, e enquanto eles conversavam ficávamos brincando. Era assim que ficávamos informados de todas as coisas da família e dos vizinhos.”

Jonas: Os irmãos ajudaram muito a Luisa em várias coisas. O Sr. sabe se eles também colaboraram para que ela tivesse algum tipo de assistência do governo ou até mesmo procurar pelo corpo do marido dela?

Luis Rafael: “Esta informação eu não tenho como lhe passar. Eu sei que naquele tempo a gente não podia falar sobre as questões do governo que não fossem favoráveis à Revolução, porque não era muito seguro como nos dias de hoje.”

Encerramos, assim, nossa entrevista com a convicção de que o depoimento do Sr. Luis não traz nenhuma mudança significativa nos rumos dos trabalhos até aqui, mas realça bem o clima de pânico que os dias de confronto entre forças estaduais e federais provocaram em todas as regiões da cidade de Belo Horizonte. Nos deixa também uma pista segura das razões pelas quais a Dona Luisa e a família não prosseguiram na busca dos devidos esclarecimentos sobre as condições da morte e a localização correta de onde o corpo de seu marido foi enterrado.

Apresentamos a seguir transcrição de Ofício encaminhado em 1931 aos interventores estaduais com a recomendação do Ministro da Justiça de dar ciência a todos os jornais do Estado:

Notificação à Imprensa

Oficial

Senhor Interventor Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

O governo Provisório faz ciente só permitirá publicações jornais dentro limites colaboração, ficando expressamente proibidos quaisquer informes capitulados itens:

1. Publicações sobre situação financeira, com o fim de desprestigiar a ação do governo, justamente quando é necessária a cooperação de todos (dísticos, plaquetas, etc.);
2. Comunismo, greves, perturbações da ordem, etc.
3. Notícias de qualquer natureza, com fim de perturbar a vida do Exército, Marinha e Polícia;
4. Notícias sobre nacionalismo e política exterior;
5. Notícias tendenciosas sobre a ação do Governo nos Estados;

6. Finalmente qualquer campanha tendente a desprestigiar a obra da revolução, através de seus órgãos. Todos os jornais devem ser notificados dessas medidas de afim prevenir. Qualquer transgressão, inclusive publicação presente notificação, acarretará fechamento jornal, que será sumariamente ordenado interventor, sem recurso.

Cordiais saudações

a) Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça.

Cientes:

Belo Horizonte 21 de março de 1931.¹³

¹³ Arquivo Público Mineiro, Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, Documento SI19 = CX 01 PC 106.

8. LOCAL PROVÁVEL DA MORTE DO MARIDO DE DONA LUISA

Com base nessas referências, iniciamos nossas pesquisas, no sentido de esclarecer a localização e a identificação da Barroquinha, as condições das moradias, posição das casas em relação aos disparos das armas, tanto da Força Pública quanto do Exército, registro de mortes de moradores civis da região, registro de casas afetadas pelo tiroteio, registros de evacuação de moradores das proximidades do quartel do 12º RI, locais de atendimento dos civis feridos, estratégias por parte do governo do estadual na tomada do quartel do 12º RI, e finalmente qual (ais) a (as) razões do enfrentamento e resistência dos militares do quartel do 12º RI.

8.1 A Barroquinha - localização das mortes de civis

A Barroquinha era uma área de construções irregulares dentro dos limites da região urbana da cidade, parte integrante do bairro Barroca, localizada nas proximidades do Quartel do 12 pela rua Juiz de Fora, fazendo divisa com a praça Raul Soares e o Bairro de Lourdes. Salientamos que, de acordo com a concepção urbanística do projeto de construção de Belo Horizonte, a cidade foi dividida em duas regiões: urbana, suburbana e de sítios. A região urbana constituía-se dentro dos limites da Av. XVII de Dezembro (Av. do Contorno), e a Região suburbana constituída fora dos limites da Av. do Contorno. A zona urbana era caracterizada pela presença do centro administrativo de governo, secretarias do governo, pelo bairro de funcionários públicos, bairro de comerciantes, os palácios do Governo do Estado, do Legislativo e do Judiciário. Já na região suburbana não existiam maiores preocupações em relação ao traçado, havendo uma maior flexibilidade. Constituía-se um sistema menos complexo, permitindo, assim, cemitérios, reservatórios de água, indústrias (com início nos anos 20), bairros de operários e regiões de sítios onde existiam pequenas propriedades de características rurais, com a função de abastecimento da cidade.

Na realidade, a Barroquinha era uma favela como nos nossos dias, provocando, de modo evidente, uma quebra no projeto original da cidade, o que aos olhos do governo demandava uma urgente solução. A maneira encontrada pelo governo para resolver problemas dessa natureza já era muito conhecida pela população da cidade, pois as medidas tomadas eram aplicadas desde os anos 20, quando o prefeito de Belo Horizonte oferecia aos moradores das cafuas um caminhão para recolher os seus pertences (mudança) e uma pequena quantia em dinheiro, e em seguida promovia a demolição.

Barroca – (vide “Zona suburbana”)

“O Prefeito de Belo Horizonte, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 102, nº 1, Cap. IV, do regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.677, e Artigo 2º da Lei Municipal 334, de 4 de abril de 1928, resolve abrir o crédito especial de 7:368\$000 (sete

contos trezentos e sessenta e oito mil réis) para ocorrer as despesas de demolição de cafuas na Barroca.” – (decreto nº 96, de 09/10/1931).¹⁴

O decreto acima demonstra como o governo estadual definia as questões de cunho social dentro e fora da região urbana do município.

Com base nos relatórios, mapas e livros pesquisados, temos segurança em afirmar que a “Barroquinha”, como extensão da favela do Bairro Barroca, era a parte mais próxima do quartel pelo flanco da rua Juiz de Fora.

O bairro Barroca, flanco direito do quartel do 12º RI, onde existia uma grande quantidade de cafuas e casebres, funcionou como uma espécie de anteparo de proteção para os militares envolvidos. As tropas da Força Pública arriscavam até bem próximo das últimas cafuas. Tendo em vista a posição geográfica do quartel, no alto e em declive, os tiros quase sempre atingiam os telhados das cafuas mais próximas, a matéria abaixo {*sic*}revelam as preocupações e a intensidade com que ocorreram os combates nessa região.

Que Rajada!

A trincheira que guarnecia o flanco direito do quartel e que ficava em cabo Hilário Antonio da Silva, da secção de metralhadoras leves e mais uma praça da 1ª companhia cujo ferimento foi de pouca importância.

A rajada causara estrago e imediatamente o commandante da companhia tomou as providencias requeridas, mandando fazer reentrâncias nas trincheiras para proteger as praças nos flancos. (Estado de Minas, 1930).

A ilustração abaixo mostra uma imagem impressionante de uma cafua nas proximidades do quartel do 12º RI com o telhado e as paredes bastante danificados pelo tiroteio.

¹⁴ Consolidação das Leis, Decretos e Portarias da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. p. 38, Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Figura 6: Linhas de cafuas. Até essa linha alcançaram, no primeiro dia, três progressões da vanguarda da Força Pública do Estado.

O botequim do Nagib funcionou como local de apoio para saciar a fome dos militares do quartel do 12º RI mesmo durante o conflito. Pela proximidade, valia a pena o risco para obter a comida para uma parte da tropa. A relação dos militares do quartel com comércio do Nagib é bastante reveladora das relações entre quartel e a comunidade de suas proximidades.

O comércio do Nagib, no entanto, também foi alvo das metralhadoras e fuzis de alguns militares endividados pela agiotagem praticada pelo comerciante a juros altamente escorchantes. Assim, como forma de descarregar suas insatisfações, sempre que podiam, disparavam suas armas na direção da casa de comércio, conforme reportagem da série “Episódios da Revolução na Capital”, publicada no jornal Estado de Minas em 22 de outubro de 1930 abaixo *{sic}*:

“DELENDIA NAGIB”

Nagib era turco, Rachid era irmão de Nagib. Ambos assentaram suas tendas de mascates ao alto do Quartel do 12º. Trinta metros no máximo ao flanco direito, ha muitos annos passados.

Progrediram. Empréstando uns cobres aos soldados, mediante um jurozinho de 800% ao mês. Progrediram mais. Fizeram casa. O Nagib, principalmente, fizera progressos notáveis. Negociando com as praças do Regimento, chegou a construir boa casa, em a qual installara um armazém, onde havia de tudo: fazendas e bebidas; principalmente bebidas.

Vesperas de março. Qualquer coisa andava no ar. A soldadesca à espera de qualquer movimento, para dar um saque na “Fuzarca do

Nagib” – como se chamava a casa – para descontar os juros extorsivos e os borzequins permutados por 1 garrafa de cerveja.

Nagib também sabia do movimento e fizera preces ao seu Allah. Março passou.

Muito soldado com raiva e o Nagib contentíssimo. Para aquela época, tomara suas medidas: nada de sortimento. Agora, o barco navega a 7 velas “no mar róseo da normalidade”. Não havia perigo. Tóca a sortir o armazém.

E a tropa continuava a pagar os jurozinhos de 800% e a trocar os borzequins Bordallo por 1 garrafa de cerveja. “Esse turco inda ha de ir pagar no inferno o que rouba da gente”. Tudo calmo.

Dia 3 estava a coisa pegando fogo. Houve soldado que o toque de reunir levou ao Quartel mais para ter a oportunidade de vingar do Nagib que para defender o Washington.

E, enquanto as 2ª, 3ª e 4ª companhias ficavam com a maior raiva deste mundo, por guarnecerem a frente, a esquerda e a retaguarda do Quartel, a 1ª companhia exultava e paraphraseava os Romanos antigos empregados na destruição de Carthago. Lá era a Delenda Carthago. Ali pra cima da Avenida Paraopeba, era Delenda Nagib.

Foi tiro pra cima da “Fuzarca” que não acabava mais.

O cabo Clovis só recomendava uma coisa: - Atira, minha gente! Mas procura acertar na platibanda e na parte de baixo. Deixa em paz as prateleiras!

E era ali na “Fuzarca do Nagib” que um soldado, de quando em vez, enfrentando as balas, ia buscar uma garrafa de cerveja para matar a sede devoradora.

Emquanto houve bebida nas prateleiras a casa foi um tanto poupada, porém, quando o stock se exgotou, as rajadas das metralhas pesadas, uns F. N. e as pipocas dos fuzis varriam a “Fuzarca do Nagib”.

E das outras companhia, os soldados fizeram questão de vir, aos turnos, ao flanco direito tirar as sua “casquinha” na “Fuzarca”.

Por fim, até o sargento padioleiro se apresentou ao tenente commandante da 1ª companhia:

- Da licença, seu tenente!

- Que ha? Para que veio aqui?

Não ha nenhum ferido, não.

- Não é, isso seu tenente; eu vim pedir licença pra fazer minha “fezinha”.

E, apanhando de um fuzil, disparo-o na direcção de armazem do Nagib: colloca-o de novo em seu logar e, juntando os calcanhares, em continencia, na frente do commandate:

- Obrigado, seu tenente.

- Mas, pra que isso, sargento?

- Por desencargo de consciência, seu tenente!...

E, todo lampeiro, foi aprestar o material de penso.¹⁵

O comércio do Sr. Nagib é extremamente representativo para a população da região, em tempos de paz e em tempos de guerra. Durante os dias de confronto seu papel se realça ainda mais.

Estavam alguns já deitados, enquanto outros se despiam; mas foram todos sacudidos por estrepitosas gargalhadas, em resposta a uma piada do tenente Cornélio Pinto, que, nesta ocasião, entendeu de se lembrar da taberna do sírio Nagib, antes o bazar do Nagib ou ponto de convergência dos dinheiros dos praças residentes no quartel e adjacências, as quais nele se proviam de tudo o que lhes era desnecessário como bebidas, cigarros, cartas de jogar, guloseimas, *poules* de jogo de bicho e quinquilharias, à vista ou mesmo a crédito com ágio de judeu, forrando-se desse modo ao trabalho de descer a rua Barbacena, para os adquirirem em outras partes por preços módicos. A tasca do Nagib fora ponto de reunião dos atacantes, que ao abrigo dela e de outros acidentes, se aproximaram até ameaçarem de abordagem as trincheiras do flanco direito da praça, sendo por isso muito fustigadas por balas e até granadas da defesa. Por seu lado os atacantes, quando não a ocupavam, cobriam-na de balas, afugentando dela os defensores. Com toda essa “proteção”, não podia restar como não restou da baiuca mais que uma triste ruína.

Relembrando isto, disse o tenente Pinto que entre as partes beligerantes tinha havido um ponto, mas um só, em que estiveram de acordo: fora o objetivo comum – Delenda Nagib.¹⁶

A seguir, apresentamos a imagem do comércio do turco Nagib, completamente destruído pelas balas dos fuzis durante o tiroteio entre a Força Pública e os militares do Exército do Brasileiro no 12º RI. De seus variados nomes na época, “Delenda do Nagib”, talvez seja o mais emblemático durante o período de confronto, pois faz uma clara alusão à expressão *Carthago Delenda est*.¹⁷

Considerando a posição geográfica do comércio do Nagib e do quartel, em flanco direito, fica muito evidente o ataque direto, se considerarmos as marcas provocadas

¹⁵ Estado de Minas. Belo Horizonte, 22 out. 1930. p.1.

¹⁶ FREIRE, Josué Justiniano. Odessá do 12º Regimento, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 2ª Ed., 2013, p. 195-196.

¹⁷ Frase sempre proferida pelo político romano Marco Pórcio Catão (234-149 a. C.) em seus discursos no Senado romano, para enfatizar a necessidade de aniquilação completa de Cartago, tradicional inimiga de Roma.

pelos tiros desferidos em direção estabelecimento comercial do Nagib. Considerando que o flanco direito do quartel se caracteriza pela elevação em relação as construções próximas ao quartel, reforçam a matéria acima relatada pelo jornal Estado de Minas com o título de “DELENDIA NAGIB”.



Figura 7: O Botequim do Nagib, na frente do flanco direito do Quartel. No começo, abrigo do atacante, depois neutro e mais tarde da defesa.

O grande pavor da maioria da população de Belo Horizonte durante os dias de confronto era a possibilidade de ser alvejado por um dos tiros que cruzavam os céus da cidade, independentemente de se estar ou não nas proximidades da região de conflito. E Nava retrata esse receio da população em *Círio Perfeito*:

Não era preciso ser militar pra entender que aquele tiroteio não indicava uma intenção tático-estratégica e era fruto da nervosidade de soldadesca frente a frente possivelmente em pânico uma diante a outra. E era aquela chuva de balas sobre Belo Horizonte devido à posição dos pavilhões do Doze atirando em todas as direções e da polícia respondendo em todo o seu cerco de baixo para cima. E seus tiros que ultrapassavam o quartel federal iam chover também sobre Belo Horizonte. Daí a quantidade de feridos na população civil que esta sim – na frase e na realidade – estava entre dois fogos (NAVA, 2004, p. 20).

Ao contrário de Nava, avaliamos que, tendo posição geográfica favorável, o tiroteio desferido pelo do 12º RI tinha uma função estratégica de disseminar o pânico na cidade e com isso criar dificuldades para o comando militar junto ao governo mineiro.

Apresentaremos a seguir matéria de jornal que corrobora a memória da Dona Luisa e o depoimento do Sr. Luis Rafael, e nos garante a existência de morte de civis que não receberam qualquer informação por parte do Governo do Estado para evacuação das áreas de confronto.

Quando rompeu o tiroteio no Quartel, muitas das famílias pobres que habitam os casebres das adjacências não puderam sair de casa.

As balas zuniam continuamente, varejando os moles adobes das cafuas e levando a morte a muita gente pacata.

Nessa situação os pobres moradores dali que não tiveram tempo de escapar antes de romper o tiroteio, abrigavam-se em seus casebres, atirando-se ao chão e procurando proteger o corpo dos balázios que não respeitavam nada.

Entre os dois fogos, permaneciam os infelizes sem qualquer meio de se safarem.

Naquela tarde, alguns soldados que estavam nas trincheiras, viram aproximar-se um vulto de mulher rastejando com muita dificuldade.

A infeliz, estreitando ao peito um pequeno volume, com um dos braços arranhava a terra e avançava lentamente, entre um gemido e um grito de dor.

Mais de meia hora, teria ela levado a percorrer uma distancia de 80 metros, até chegar as trincheiras do 12°.

Recolhida pelos soldados e depois de reanimada com o cheiro de éter, pode contar a sua odisséia:

Os tiros a surpreenderam na cafua em que morava em companhia do marido, soldado do 12° e uma filhinha de dez meses de idade.

As balas varriam o casebre: até aquele momento ela suportara a situação, embora ferida, mas, um projétil que fora ferir a pequena, dera-lhe animo de juntar suas ultimas forças para rastejar até ao Quartel e iniciar o trabalho de ajuda pela oficialidade e praças que rodeavam a filha com uma bala alojada no corpo, na altura do abdome, e punha a mostra os ferimentos por ela recebidos, na perna, na coxa e numa das mãos.

O quadro era por demais angustiante. Se ao menos ali no Quartel houvesse um médico para extrair o projétil da criancinha...¹⁸

Essa matéria de jornal esclarece que os habitantes das casas próximas ao Quartel eram atingidos não por “balas perdidas”, como o resto da cidade, mas sim por fogo cruzado.

¹⁸ Jornal Estado de Minas, 24 de outubro de 1930, p. 1.

A Força Pública estabeleceu sua linha de tiro a uma distância segura do Quartel, com as casas no meio, e não efetuaram a desocupação da área antes de iniciar o tiroteio. Tanto que a infeliz mãe, cercada, alvejada e ferida teve que buscar refúgio no Quartel sitiado, e não na cidade que o envolvia. Provavelmente essa é a criança citada no pedido de armistício, que registrava a presença de uma criança gravemente ferida entre os civis no interior do Regimento.

O comandante Freire comenta sobre a falta de um plano de retirada dos moradores da região:

Revelou-se então uma coisa quase inverossímil, mas real: os moradores dos arredores do quartel, inclusive mulheres, velhos e crianças, medrosos e famintos, saíram de suas casas e corriam em demanda da cidade, sobraçando embrulhos e trouxas. Que significava isto? Que a polícia, para não deixar fugir a vantagem da surpresa – vantagem que os seus chefes tiveram ao alcance da mão e não souberam aproveitar – não notificara aos moradores das cercanias do quartel a intenção de atacar, consoante os usos da guerra e disposição preceitual expressa do direito internacional, como dever de lealdade das forças sitiadas. A inobservância desta regra foi causa de irreparáveis desastres, como a morte de pessoas não combatentes dentro de suas casas e ferimento de muitas outras. Tempo houve bastante para isso. Aliás, o início do ataque devia subordinar-se ao tempo necessário para a retirada dos habitantes do lugar sitiado (VALLADARES, 1931, p. 52).

Ocorreram vários casos de mortos e feridos, em sua maioria pobres moradores de casebres e cafuas na região onde o fogo cruzado fora mais intenso, flanco direito do quartel do 12º. A fragilidade dessas construções e a proximidade umas das outras permitiu um enorme grau de destruição dessas casas, conseqüentemente culminando em um número maior de mortos civis, silenciados no balanço final da revolução vitoriosa de 1930.

O governo mineiro confiscou e até mesmo em certas situações apreendeu alguns veículos particulares para uso nos mais variados serviços durante a Revolução, conforme trecho abaixo de uma Recomendação no boletim do Comando Geral da Força Pública do Estado de Minas Gerais, do Chefe do Estado Maior:

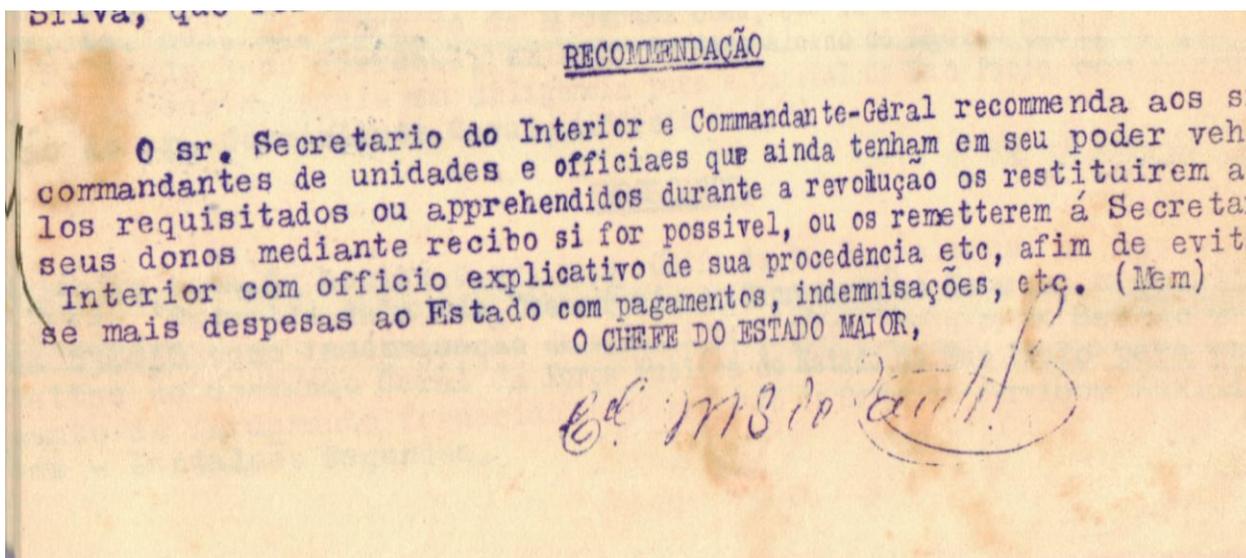


Figura 8: Boletim interno do Comando Geral da Força Pública do Estado de Minas Gerais.

A recomendação no Boletim do Comando Geral da Força Pública do Estado expressa claramente o tratamento desigual em relação à população do Estado, pois, pressupunha, nos casos de carros requisitados ou confiscados para atender aos serviços da Revolução, a indenização aos proprietários desses veículos. Nesse caso, comprar um carro era exclusividade somente das classes sociais mais abastadas, e, para estes, de modo escancarado, houve uma enorme preocupação em resguardar os bens patrimoniais, suas propriedades, acirrando mais uma vez as relações sociais pautadas pela desigualdade entre pobres e ricos. Revela, também, uma falsa preocupação com as contas do Estado.

Aos soldados da força estadual e a seus familiares, coube ao governo o incentivo às campanhas de promoção e organização de grupos voluntários de arrecadação de dinheiro e alimentos. A elite e os políticos da sociedade mineira com muita frequência encabeçavam listas e mais listas de contribuição aos militares de baixa patente.

Aos oficiais e praças mortos, coube a ajuda do município a alguns deles, com a cessão de algumas sepulturas no único cemitério da capital, conforme decreto municipal abaixo:

DECRETO Nº 95, DE 3 DE JUNHO DE 1936.

(Revogado pela Lei nº 6370/1993)

CONCEDE PERPETUIDADE DE SEPULTURA, A TITULO GRATUITO, A OFFICIAES E PRAÇAS QUE MORRERAM EM COMBATE NA REVOLUÇÃO DE 1930.

O Prefeito de Bello Horizonte, usando de attribuições legaes, e desejando prestar homenagem á memoria dos officiaes e praças que se bateram com civismo e coragem na revolução de 1930, decreta:

Art. 1º - Os officiaes e praças mortos em combate na Revolução de 1930, em distincção de partido terão perpetuidade de sepultura a titulo gratuito, no Cemiterio Municipal de Bello Horizonte. mediante requerimento da familia interessada.

Art. 2º - O requerimento a que se refere o artigo anterior deverá ser instruido com documentos que provem haver se verificado o fallecimento em combate, ou em consecuencia de ferimentos recebidos em serviço de campanha.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução do presente decreto pertencerem, que o cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nelle se contém.

Bello Horizonte, 3 de junho de 1936.

Octacilio Negrão de Lima

Prefeito de Bello Horizonte

João Lucio Brandão

Inspector

Ao contrário da soldadesca, os officiaes receberam promoções em seus postos, o que representou certa melhoria em seus vencimentos e condecorações pela conquista heroica da Revolução.

Para tudo há tempo...

Tempo para nascer, e tempo para morrer;
tempo para plantar, e tempo para arrancar o que foi plantado;
tempo para matar, e tempo para sarar;
tempo para demolir, e tempo para construir;
tempo para chorar, e tempo para rir;
tempo para gemer, e tempo para dançar;
tempo para atirar pedras, e tempo para ajuntá-las;
tempo para dar abraços, e tempo para apartar-se.
Tempo para procurar, e tempo para perder;
tempo para guardar, e tempo para jogar fora;
tempo para rasgar, e tempo para costurar;
tempo para calar, e tempo para falar;
tempo para amar, e tempo para odiar;
tempo para a guerra, e tempo para a paz.

Eclesiastes 3, 1-8

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nosso trabalho, esperamos ter atendido consideravelmente ao que projetamos. A pretensão inicial era simplesmente conciliar uma parte da história da nossa família à questão acadêmica. No entanto, percebemos ao longo das pesquisas que nossa ideia inicial não seria possível sem que estabelecêssemos um diálogo entre os aspectos históricos, sociais e econômicos.

Nesse diálogo, procuramos reunir os aspectos históricos do Governo do Estado de Minas, da cidade de Belo Horizonte, bem como dos bairros e dos moradores que compunham e compõem a região do entorno do Quartel do Doze, da Força Pública Estadual, do Exército Brasileiro, em particular, os militares dessa corporação e as vítimas civis decorrentes do confronto entre as forças envolvidas.

Assim sendo, observamos que o governo mineiro, se sentindo diretamente prejudicado com o rompimento da política do café com leite, política esta que se manteve numa permanente relação de desconfiança e de falta de reciprocidade entre Minas e São Paulo, também dependendo dos arranjos e acordos com os outros Estados da federação, ao longo do processo revolucionário se mostrou vacilante durante todo o tempo, indefinido na posição de entrar ou não na Revolução. Atuou a reboque da liderança gaúcha, que passa a dar as cartas no jogo político da aliança liberal. Mas se manteve firme em seu discurso triunfalista sobre o mal, que rezava que, superados pelo ideal da ordem liberal, todos os problemas sociais, políticos e econômicos seriam vencidos.

Internamente, o confronto do 12º RI revelou a incapacidade política do governo estadual em negociar a rendição do quartel sem que houvesse necessidade de confronto, uma vez que existia um estreito laço de amizade entre a oficialidade do 12º RI, o Governador e os seus secretários. O resultado desse processo foi a disputa do comando da Força Pública do Estado, liderada por Olegário Maciel e Christiano Machado, da Secretaria de Justiça, e a oficialidade do Exército, em sua maioria os tenentes, e, na base, as rixas entre soldados da Força Pública e os soldados Exército. A oficialidade da Força Pública, ao final, foi condecorada pelos atos de heroísmo.

Revelava-se precário o treinamento e os equipamentos dos militares da Força Pública, que contratou através do alistamento voluntário soldados com a finalidade exclusiva de combater na Revolução, sendo dispensados ao final das hostilidades. Na realidade, os soldados recrutados para as frentes de combates eram em sua maioria oriundos das camadas socialmente marginalizadas e não havia armamento para todos. Fato evidenciado ao final da Revolução, quando se desencadearam várias campanhas de arrecadação de recursos e alimentos para esses soldados da Força Pública, pois só os discursos de heroísmo proferidos pelo governo de Olegário Maciel não encheram a barriga nem tampouco resgataram a dignidade dos soldados, ficando patente a falta de compromisso do Estado nessa questão.

Durante os confrontos militares na Revolução de 1930, a Força Pública do Estado de Minas Gerais atuou em alguns momentos como verdadeiros “bandos”, sem o devido

comando e preparo. Afinal esses militares em suas trajetórias não foram treinados para combater na guerra, como se verificou na Revolução.

O Quartel do 12º RI oferecia trabalho e renda para um grande número de moradores da região, principalmente o pessoal da favela da Barroca, utilizando inclusive mão de obra feminina na lavagem das roupas dos militares. Comerciantes da região atendiam a soldadesca, e, invariavelmente, as casas de prostituição atendiam a todos.

Em relação aos moradores dos bairros do entorno do quartel, encontramos uma gama extremamente diversificada social, economicamente e até mesmo em suas nacionalidades (italianos, espanhóis, sírios, libaneses, portugueses etc.), frutos da história da construção da cidade de Belo Horizonte, que atraiu multidões de pessoas na busca de melhores condições de trabalho e de vida. Mas, ao contrário do sonho de uma vida melhor, o que restou para a grande maioria desses trabalhadores foi morar em locais marginalizados pelas próprias condições sociais. Conviveram, assim, com a presença quase sempre truculenta da polícia, falta de condições básicas de higiene, a violência de toda a sorte, enfim, a pressão por parte do Estado de, a qualquer momento, derrubar as cafuas, principalmente as moradias tidas como irregulares.

No que se refere à história de Dona Luisa, entendemos ser marcada pela dor, sofrimento da perda do companheiro. Depois de tudo, teve que enfrentar os percalços da vida grávida de um criança e com um filho de poucos meses de idade, com necessidade de reconstruir sua casa destruída pelas balas da Revolução e sob a pressão de ter que abandonar a qualquer momento sua casa.

Diante desse quadro, resultado da condição social, fator determinante desse processo, e frente às duras e violentas medidas implantadas pelo governo Vargas, a resignação talvez fosse o melhor caminho a seguir. A busca por explicações pela morte de seu companheiro, a localização do corpo para um enterro digno a um ser humano foram sepultadas em uma cova ignorada para sempre. O caso do enterro do corpo do Sr. João Severino Maia no quintal nos deixa algumas questões a serem ainda esclarecidas, que são: sendo o Cemitério do Bonfim construído como parte do projeto de construção da cidade de Belo Horizonte, sendo seus túmulos projetados por artistas famosos da época, até o final da década de 30 também era local de sepultamento de pobres e favelados. Considerando as memórias de Pedro Nava, relatando o quase enterro de corpos em determinado local da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, não se afigura inverossímil o enterro do corpo do Sr. João Severino Maia, companheiro da Dona Luisa, em um terreno próximo a sua moradia. Na realidade, não existem quaisquer indícios confiáveis de onde o corpo do Sr. João Severino Maia foi enterrado.

Acreditamos que ainda não temos o devido esclarecimento do número verdadeiro de mortos civis em decorrência do confronto entre a Força Pública estadual e a Força Federal. Considerando o discurso produzido pelo governo mineiro, fica evidente a ideia propagada de que o Estado Liberal, através da aliança revolucionária, seria a única salvação para Minas e o Brasil acabarem com o atraso social, a corrupção, as fraudes eleitorais e trilhareem o caminho da modernização e do desenvolvimento. E, para tanto, o

povo mineiro deveria pagar essa conta com resignação e sacrifício e, se possível, com sua própria vida, em nome da vitória do ideal liberal.

No caso específico de Dona Luisa, resultou de todo esse processo um profundo silêncio, cruzado por perguntas que não conseguimos responder. Sendo impossível reparar ou pelo menos esclarecer tantas injustiças, propiciamos aqui um primeiro espaço de registro da voz desses personagens emudecidos pela força e pelo medo da violência e da arbitrariedade.

São estas as nossas considerações dentro do que propusemos realizar em nosso trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Moraes, 1979.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, v.3.
- COTTA, Francis Albert. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.
- DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/UFMG, 1997.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. Publicação diária (Coleção referente ao ano de 1930).
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FORJAZ, Maria Cecilia Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FORNAZIERI, Ligia Lopes. Revolução de 1930. Disponível em:
<http://historiandonanet07.wordpress.com/2011/03/04/revolucao-de-1930/>
http://www.pbh.gov.br/historia_bairros
- FREIRE, Edgar de. *A odysséa do 12º regimento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2013.
- MARCO FILHO, Luiz de. *História militar da PMMG*. Belo Horizonte: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Academia de Polícia Militar, 1988. 123 p.
- LENHARO, Alcir. *Corpo e alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*. São Paulo: [s.n.], 1985. (Mimeogr.).
- LIMA, Benvindo. *Canteiro de saudades: pequena história de (1910 -1950)*. Belo Horizonte: Promove, 1986.
- MINAS GERAES. Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais. Publicação diária (Coleção referente ao ano de 1930).
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1970.
- NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PACHECO, Eliezer. *O partido comunista brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VALLADARES, Clorindo. *Fumaça de trincheira/da resistência do 12º R.I.: da Revolução em Minas*. [S. l.]: [s.n.], 1930. p. 171.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República. *Locus, Revista de História do Departamento de História da UFJF*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 1995, p. 41-51.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 1981.

FONTES DE PESQUISA

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (APCBH) – Fundos e Coleções:

- . Anais do Legislativo de Belo Horizonte - Coleção;
- . Assuntos Mineiros - Coleção;
- . Gabinete do Prefeito - Fundo
- . Leis e Decretos Mineiros – Coleção.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) – Inventário de Fundos e Coleções:

- . Arthur Da Silva Bernardes (Ab) - 1898 - 1975;
- . Olegário Maciel (OM) - 1895 - 1984;
- . Revolução de 1930 (REV) - 1930 - 1930.

BIBLIOTECA PÚBLICA LUIZ DE BESSA – Coleção dos Jornais:

Estado de Minas: out. a dez. 1929 e jan a dez 1930 – Coleção Hemeroteca;
Minas Gerais: out. a dez. 1929 e jan. a dez. 1930 – Coleção Hemeroteca;
Coleções Especiais Mineriana.

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (APMG)

Documentos internos do comando da Polícia Militar de Minas Gerais.